



República Democrática de São Tomé e Príncipe

Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais

**PROJECTO DE ACESSO A ENERGIA LIMPA E SUSTENTÁVEL -
AELS (P177099)**

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DE PARTES
INTERESSADAS – PEPI**

Versão Actualizada

Maio 2025

ÍNDICE

ABREVIATURAS	IV
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Descrição do Projecto	1
1.2. Beneficiários do Projecto	3
2. PROPÓSITO E OBJECTIVO DO PEPI	4
3. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS	5
3.1. Metodologia	5
3.2. Identificação e Análise de Partes Interessadas	6
4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS	12
4.1. Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projeto	12
4.2. Plano de envolvimento das PI do Projecto	27
4.3. Aprendizagem e <i>Feedback</i> /Retorno	31
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI	32
5.1. Recursos Financeiros	32
6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	34
6.1. Processo de Reclamações	34
6.1.1. Gestão de reclamações a nível comunitário	34
6.1.2. Gestão de reclamações a nível de projecto	35
6.1.3. Gestão de reclamações a nível judiciário	38
6.1.4. Reclamações relacionadas com Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual (EAS/AS)	38
6.2. Reclamações relacionadas às relações Laborais	38
7. MONITORIA E AVALIAÇÃO	39
7.1. Retorno da comunicação às Partes Interessadas	40
8. ANEXO	41
8.1. Anexo 1 – Relatórios de Consulta Pública	41
8.2. Anexo 2 – Relatórios de Envolvimento com Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto, Consulta Pública e Divulgação no âmbito da Reabilitação da Central Contador	47
8.3. Anexo 3 – Reuniões realizadas ao nível das comunidades de Generosa, Ponta-Figo para recolha de sensibilidade com relação à Reabilitação da Central Hidroeléctrica do Contador.	53
8.4. Anexo 4 – Sessão de divulgação de informação sobre o ponto de situação das Obras de Reabilitação da Central Hidroelétrica do Contador e estratégia de implementação do mecanismo de resolução de reclamação.	53
8.5. Anexo 5 – Consulta de testagem da compensação social junto a comunidade de Água-Casada	54
8.6. Anexo 6 – Reunião de auscultação as entidades regionais e visitas de terreno a comunidades pesqueiras	55
8.7. Anexo 7 – Consulta Pública de Divulgação do PGAS e ESIA	56
8.8. Anexo 8 – Consulta Pública de Divulgação do Plano de Reassentamento (PAR)	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Componentes e Alocação Indicativa do Orçamento	2
Tabela 2 – Partes Interessadas divididas por Categoria em cada Componente	8
Tabela 3 – Resumo das Informações Recolhidas na Secretaria Regional para a Biosfera, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural (SRBAADR) na Região Autónoma de Príncipe (RAP), dados do último resseamento realizado no ano 2023.	13
Tabela 4 – Necessidades das Partes Interessadas pelo Projecto e estratégia de envolvimento	21
Tabela 5 – Proposta do Plano para consulta das Pls no Projecto.....	28
Tabela 6 – Orçamento Proposto para implementação do PEPI	32
Tabela 7 – Canais de reclamação ao nível de reassentamento.....	35
Tabela 8 – Indicadores de monitoria	39

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações	37
Figura 2: Fotos (1 e 2) da sessão de apresentação pública e discussão do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental e Social das Alternativas de Projecto	50
Figura 3: Fotos (3) da sessão de apresentação pública e discussão do Relatório Draft do EIAS realizada no espaço Cacau em São Tomé no dia 12.12.2019.....	51
Figura 4: Foto (4) da sessão de apresentação pública e discussão do Relatório Draft do EIAS realizada no centro comunitário de Ponta Figo no dia 14.12.2019	51
Figura 5: Foto (5) das reuniões realizadas ao nível das comunidades de Generosa, Ponta-Figo para recolha de sensibilidade com relação ao projecto.	53
Figura 6: Foto (6 e 7) da reunião com os pontos focais de MRR para a divulgação do ponto de situação actual das obras de Reabilitação da Central Hidroeléctrica do Contador	53
Figura 7: Foto (8 e 9) da Testagem de Benefícios Sociais junto a comunidade de Água Casada.	54
Figura 8: (Foto 10) Reunião com as entidades regionais.....	55
Figura 9: (Foto 11) Reunião com a comunidade de praia Burra.....	55
Figura 10: Foto (12) Consulta pública de divulgação do ESIA E PGAS	56
Figura 11: (Foto 13) Consulta Pública de divulgação do PAR – Foto de Família.....	56

ABREVIATURAS

ACRE/AELS	<i>Access to Clean Resilient Electricity</i> (Acesso a Energia Limpa e Sustentável)
AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
AGER	Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Águas e Correios
AT	Assistência Técnica
A&S	Ambiental e Social
BESS	<i>Battery Energy Storage Systems</i> (Sistemas de Armazenagem de Energia de Bateria)
BM	Banco Mundial
CDP	Comité de Direcção do Projecto
CC-PTSE	Comité de Coordenação do Programa de Transformação do Sector Eléctrico
CGP	Comité de Direcção do Projecto
CGR	Comités de Gestão de Reclamações
COVID-19	Doença provocada pelo Coronavírus 2019
CT	Comité Técnico
DGAAC	Direcção Geral do Ambiente e Acção Climática
DGRNE	Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual
IAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
FGD	<i>Focus Groups Discussions</i>
FONG	Fórum das Organizações Não-Governamentais
GdSTP	Governo de São Tomé e Príncipe
GFD	Grupos Focais de Discussões/Debates
GT-PTSE	Grupo Técnico de apoio ao Programa de Transformação ao Sector Eléctrico
INPG	Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género
MDA	Ministérios, Departamentos e Agências
M&A	Monitoria e Avaliação
MRR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MIP	Manual de Implementação do Projecto
MIRN	Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MW	Megawatts

NAS	Norma Ambiental e Social
ONG	Organização Não-Governamental
OPI	Outras Partes Interessadas
PAD	Divulgação do Projecto ACRE
PAP	Partes Afectadas pelo Projecto
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGMO	Plano de Gestão de Mão-de-Obra
PI	Partes Interessadas
PNES	Plataforma Nacional de Energia Sustentável
PNOT	Plano Nacional de Ordenamento Territorial
QAS	Quadro Ambiental e Social
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
SMS	<i>Short Message Service</i> (Serviço de Mensagens Curtas)
STP	São Tomé e Príncipe
TdR	Termos de Referência
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
USD	Dólar americano
UT	Unidades Técnicas
VBG	Violência Baseada no Género

1. INTRODUÇÃO

A geração de electricidade em São Tomé e Príncipe (STP) é predominantemente termoelétrica, representando actualmente 95,4% da geração total de electricidade, reflectindo a importância dos combustíveis fósseis na matriz energética. O gasóleo importado pelo país para geração de energia tem suscitado grande preocupação do Governo pelos custos inerentes, dependência energética externa e consequências económicas e ambientais associadas.

O Projecto de Acesso à Energia Limpa e Sustentável (AELS), preparado sob o Programa Regional ASCENT, será implementado em São Tomé e Príncipe para apoiar o objectivo do governo de STP (GoSTP) de alcançar o acesso universal à electricidade até 2030 através do aumento da geração distribuída de energias renováveis, incluindo armazenamento, expansão e reforço da rede, incluindo o plano de aceleração de energia verde do governo como base para uma expansão robusta do acesso à electricidade limpa, fiável e sustentável, no valor de **60.7** milhões de dólares americanos.

Após a aprovação e início da implementação do Projecto de Acesso à Energia Limpa e Sustentável (AELS), surgiu a necessidade de transferir para âmbito de actuação deste Projecto, um conjunto de Actividades do Projecto de Recuperação do Sector Eléctrico (PRSE). Neste sentido, procedeu-se à inclusão das actividades relacionadas com a Reabilitação da Central Hidroelétrica do Contador para o Projecto de Acesso à Energia Limpa e Sustentável (AELS), sendo que para tal foram disponibilizados **8** milhões de dólares americanos como financiamento adicional.

A Norma Ambiental e Social – NAS 10 do Banco Mundial sobre o “Envolvimento das partes interessadas e divulgação de informações” exige que os mutuários engajem as partes interessadas e afectadas (PIs) ao longo do ciclo de vida do projecto, começando esse envolvimento o mais cedo possível no processo de preparação do Projecto e num prazo que permita consultas significativas às PIs sobre a concepção, desenho e implementação do projecto. É por esta razão que foi elaborado o presente Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) e actualizado durante o processo de revisão do Projecto e alocação de financiamento adicional.

1.1. Descrição do Projecto

O Projecto AELS visa aumentar o acesso à electricidade fiável e facilitar a integração da produção de energia solar em São Tomé e Príncipe. Isto será veiculado por intervenções em toda a cadeia de valor do sector eléctrico, nomeadamente: (i) alargamento da rede eléctrica para ligar as residências actualmente sem acesso à electricidade no sentido de alcançar o acesso universal; (ii) investimentos e instrumentos de mitigação de risco para catalisar o desenvolvimento da capacidade solar fotovoltaica como meio de reduzir o custo da electricidade, aumentando a percentagem de energia renovável para até 15 MWp, sendo 10MWp financiada pelo sector privado e uma central solar fotovoltaica inicial de 5 MWp pública; (iii) investimentos em equipamento e assistência técnica para melhorar a performance operacional e assegurar o fluxo de caixa no sector; (iv) reforço da capacidade das agências governamentais em STP.

O projeto proposto faz parte da primeira fase do projecto Regional de Aceleração da Transformação do acesso à Energia Limpa e Sustentável na África Oriental e Austral, Abordagem Multi Programatica (MPA-P180547).

No contexto actual de STP o recurso às energias renováveis e sistemas fotovoltaicos relaciona-se também com o facto de estes serem de custo relativamente baixo e de mais rápida materialização quando comparados com outros sistemas, por ex. hidroeléctricos, em relação aos quais o país também possui

significativo potencial. Isto reveste-se de particular importância dado que STP encontra-se em situação crítica e praticamente de emergência quanto à produção e acesso à electricidade, que se vem arrastando e agravando há já alguns anos. E isso tem tido efeitos nefastos sobre a economia, a sociedade e interferido negativamente com o desenvolvimento e estabilidade do país, incluindo nos seus esforços para eliminar as formas mais crassas de pobreza e vulnerabilidade das suas populações, comunidades, famílias e pessoas individuais.

Adicionalmente, após a aprovação e início da implementação do Projecto de Acesso à Energia Limpa e Sustentável (AELS), surgiu a necessidade de transferir para âmbito de actuação deste Projecto, um conjunto de Actividades do Projecto de Recuperação do Sector Eléctrico (PRSE). O objectivo Projecto PRSE passa pelo desenvolvimento das obras de reabilitação e de expansão da capacidade instalada da central. As obras de construção compreenderão a expansão de partes da câmara de carga de água, do canal e do túnel. Equipamentos mecânicos e eléctricos serão substituídos para atingir uma capacidade instalada final de 2MW a 4 MW. Os estudos de optimização financiados ao abrigo de um Projeto Preparação Prévia irão confirmar a opção ideal. O sistema será concebido para operar como uma unidade de pico, com a criação de uma capacidade de armazenamento adicional diária, sob a forma de um tanque de água de betão com um volume provavelmente semelhante ao volume da câmara de carga existente. O programa de apoio à O&M vai garantir a sustentabilidade técnica da central hidroelétrica, reabilitada por intermédio de um financiamento para aquisição e stock de peças de reposição bem como a formação do pessoal da EMAE para a O&M da central ainda numa fase muito inicial da implementação do projeto.

Todos os fatores e riscos ponderados, o cenário retido foi o de aumentar a capacidade instalada para 3.2MWh, numa operação em que os custos adicionais se limitariam, fundamentalmente, ao equipamento mantendo quase inalterável os custos dos trabalhos de construção.

Essa opção duplicaria a geração anual de energia da central hidroelétrica de Contador e injectaria, simultaneamente, uma quantidade significativa de energia limpa no mix de energia de STP, dentro de um prazo de dois anos a partir do início da construção.

O projecto é composto por quatro componentes integradas e que se reforçam mutuamente, sendo que a quarta componente é dedicada à resposta a futuras emergências. No âmbito do financiamento adicional foi introduzida a subcomponente 2.4 dedicada à actividade de reabilitação da central hidroeléctrica do Contador. A tabela 1 resume as componentes e subcomponentes do projecto.

Tabela 1 – Componentes e Alocação Indicativa do Orçamento

N.º	Componentes	Subcomponentes	Estimativa de Custos em US\$
1	Componente 1: Expansão do acesso à electricidade dentro e fora da rede (22.0 milhões)	Subcomponente 1.1: Reforço da rede elétrica e expansão do acesso à rede	US\$ 15.6 milhões de dólares)
		Subcomponente 1.2: Distribuição da Energia solar para instalações públicas e usos produtivos	US\$ 5,6 milhões
		Subcomponente 1.3: BESS ¹ para aumentar a produção de energia renovável. Fornecimento de sistemas solares domésticos para residências remotas	US\$ 0.8 milhões de dólares americanos

¹ Sistemas de Armazenagem de Energia de Bateria (abreviatura do inglês *Battery Energy Storage Systems*).

N.º	Componentes	Subcomponentes	Estimativa de Custos em US\$
2	Componente 2: Aumento da produção de energia renovável (31.3 milhões de dólares)	Subcomponente 2.1: Preparação do local para parque solar de grande escala com linhas de interligação	US\$ 12.8 milhões de dólares
		Subcomponente 2.2. BESS e modernização do centro de despacho e sistemas de controle	US\$ 5.5 milhões
		Subcomponente 2.3. Instrumentos de mitigação de riscos para IPP solar	US\$ 5 milhões
		Subcomponente 2.4. Reabilitação da Central Hidroeléctrica do Contador	US\$ 8 milhões de dólares
3	Componente 3: Melhoria da governação e reforço da capacidade institucional (15.4 milhões de dólares)	Subcomponente 3.1: Melhoria da Governação do Sector.	US\$ 9.9 milhões de dólares
		Subcomponente 3.2: Reforço da capacidade institucional, assistência técnica e apoio à implementação de projectos.	US\$ 5.5 milhões de dólares
4	Componente 4: Componente de Resposta de Emergência Contingente (0.00 US\$).		0.00 US\$
TOTAL			68.7 milhões de dólares

1.2. Beneficiários do Projecto

O aumento e estabilização da geração, transmissão e distribuição de energia que o projecto persegue irá beneficiar entidades públicas e privadas, colectivas e singulares que se constituem em consumidoras actuais e futuras de energia em STP, nomeadamente:

- a. **Indivíduos e famílias santomenses:** mais pessoas e famílias em áreas actualmente desfavorecidas passarão a aceder a um leque mais alargado de oportunidades de electrificação assim como a serviços mais estáveis e eventualmente mais baratos devido ao que pode ser a redução dos custos de produção em função de fornecimento de energia também mais barata.
- b. **Instituições governamentais:** os principais beneficiários directos do projecto incluem o Direção Geral da EMAE, MIRN, AGER, DGRNE, Secretária Regional das Infraestruturas, Delegação Regional da EMAE. De uma forma mais geral, as instituições públicas de todo o governo beneficiarão da expansão e estabilização do fornecimento de energia o que vai permitir e melhorar uma série de serviços públicos. Unidades de educação e de saúde também irão beneficiar de forma particular das intervenções do projecto incluindo o fornecimento ininterrupto dos respectivos serviços.
- c. **Empresas/Sector Privado:** entidades produtivas e de prestação de serviços do sector privado (na agricultura, indústria, comércio e serviços) irão beneficiar de uma forma geral, uma vez que o projecto permitirá maior estabilidade de energia e eventualmente redução dos custos de energia eléctrica o que deverá promover um mercado mais competitivo e um ambiente seguro para as operações que exigem electricidade.

2. PROPÓSITO E OBJECTIVO DO PEPI

A Norma ambiental e social – NAS 10 do Banco Mundial sobre o “Envolvimento das partes interessadas e divulgação de informações” exige que os mutuários engajem as partes interessadas ao longo do ciclo de vida do projecto, começando esse envolvimento o mais cedo possível no processo de preparação do Projecto e num prazo que permita consultas significativas às PI sobre a concepção, desenho e implementação do projecto.

O Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) tem como objectivo desenvolver uma estratégia eficiente e eficaz para o envolvimento das partes interessadas e afectadas para todas as fases do projecto. Para o efeito, é necessário primeiro identificar as PIs e compreender as suas necessidades e expectativas de envolvimento, suas prioridades e objectivos em relação ao Projecto. Nesta fase de concepção do projecto é importante consultar as PIs das decisões sobre os vários subprojectos e actividades que farão parte do Projecto, o nível de intervenção necessário e critério de priorização e abrangência do projecto, e sobre a adequabilidade dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto em relação as suas expectativas e preocupações. Estas opiniões irão informar a concepção do Projecto.

Essas informações serão usadas para adaptar o tipo de envolvimento para cada tipo de PI ao longo da implementação do Projecto. Como parte desse processo, é importante identificar os indivíduos e grupos que podem ter mais dificuldades para participar nos processos de envolvimento e aqueles que podem ser afectados de forma diferenciada ou desproporcional pelo projecto devido ao seu estatuto de marginalizados ou vulneráveis. Os objectivos deste PEPI são:

- Estabelecer uma abordagem sistemática para o envolvimento das PI para auxiliar o Governo de STP a identificar as PI do Projecto, construir e manter uma relação construtiva com as PIs ao longo de todas as fases de implementação do projecto.
- Identificar as principais partes interessadas que são relevantes na implementação do projecto e/ou capazes de influenciar o projecto e suas actividades.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das PI do projecto e permitir que suas opiniões sejam levadas em consideração na concepção, preparação/desenho e implementação do projecto, e incluindo nas questões relativas ao desempenho ambiental e social.
- Promover e fornecer meios para um envolvimento efectivo e inclusivo com as PI ao longo do ciclo de vida do projecto em questões que podem potencialmente afectá-las.
- Fornecer às PI meios/canais acessíveis e inclusivos para apresentar reclamações e permitir que o mutuário responda e faça a gestão das tais reclamações dentro dos prazos definidos no Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR), e dar a possibilidade de recorrer sempre que a PI não estiver satisfeita.
- Descrever os protocolos e canais de comunicação que o projecto usará para se comunicar com diferentes PI.
- Definir funções e responsabilidades e os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para a implementação do PEPI.

3. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

3.1. Metodologia

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das partes interessadas:

- *Abertura e abordagem do ciclo de vida*: as consultas públicas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- *Participação informada e feedback*: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades são fornecidas para comunicar o *feedback* das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações;
- *Inclusão e sensibilidade*: a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subprojectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à selecção de métodos de envolvimento. Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis – em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crónicas. Ao planificar o envolvimento deve se ter em conta os (i) diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta, (ii) consultas com consciência de género e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socio-económicos, classes, grupos étnicos e religiosas. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários;
- *Compromisso* - demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessadas é reconhecida e posta em prática no início do processo;
- *Integridade* - ocorre quando o envolvimento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos;
- *Respeito* - criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afectadas são reconhecidos;
- *Transparência* - demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta e eficaz.
- *Confiança* - alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as crenças, valores e opiniões da comunidade.

3.2. Identificação e Análise de Partes Interessadas

A natureza do Projecto (acesso à energia) faz com que toda a população nas áreas abrangidas pelo projecto sejam partes interessadas importantes no Projecto, devido a necessidade de extensão e melhoria da disponibilidade de energia eléctrica. Todo o envolvimento deve prosseguir com base em métodos locais e culturalmente aceitáveis e apropriados para cada um dos diferentes indivíduos e grupos de PI visadas.

A cooperação e a negociação com as partes interessadas ao longo do desenvolvimento do projecto muitas vezes também requerem a identificação de pessoas dentro dos grupos que actuam como representantes legítimos de seus respectivos grupos de partes interessadas. A legitimidade dos representantes da comunidade, em situações que não existe uma nomeação formal, pode ser verificada conversando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e observando suas opiniões sobre quem pode estar representando seus interesses da maneira mais eficaz.

Para fins de envolvimento eficaz e personalizado, as PI do projecto proposto podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

i. Partes Afectadas

Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto (AIP) que são directamente influenciadas (real ou potencialmente) pelo projecto e/ou foram identificadas como mais susceptíveis à mudança associada ao projecto, e que precisam estar intimamente envolvidas na identificação de impactos e sua importância, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;

ii. Outras Partes Interessadas

Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos directos do Projecto, mas que consideram ou percebem seus interesses como a ser afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo de sua implementação de alguma forma; e

iii. Grupos Vulneráveis ou Desfavorecidos

São pessoas ou grupos que podem ser desproporcionalmente impactadas ou ainda mais prejudicadas pelo(s) projecto(s) em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto de vulnerabilidade, e que podem exigir esforços especiais de envolvimento para garantir a sua representação na consulta e nos processos de tomada de decisões associados ao Projecto. Este grupo de indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos do Projecto. A consciencialização e o envolvimento das partes interessadas desfavorecidas ou indivíduos/grupos vulneráveis devem ser adaptados para levar em consideração as necessidades de tais grupos ou indivíduos, suas preocupações e sensibilidades culturais, e para garantir a compreensão das actividades, os seus benefícios e riscos do Projecto.

A vulnerabilidade pode resultar da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação económica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e/ou do Estado. O envolvimento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- Mulheres e mulheres chefe de agregados familiares – as mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infra-estruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência e

pequenos negócios informais. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjugação com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão, devido às estruturas socio-culturais e políticas patriarcais e patrilineares. Em relação a mulheres chefes de família podem estar em risco de verem agravada a sua vulnerabilidade, uma vez que sobre elas recai toda a responsabilidade pelo sustento e segurança do agregado familiar.

- Crianças e crianças chefes de família – as crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- Idosos e idosos chefes de agregados familiares – os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de inter-ajuda ao nível familiar ou comunitário. Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores. Estes podem requerer assistência para poderem ser engajados durante a implementação do Projecto.
- Pessoas portadoras de deficiência – a implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas portadoras de deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão;
- Pessoas vivendo com doença crónica – estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e consequente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e consequente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu envolvimento e consequente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.

Deste modo, constituem PI do Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do Projecto.

No presente projecto, a identificação das PI relevantes foi realizada com base nas componentes do Projecto tendo em conta todos os aspectos anteriormente referidos - Tabela 2.

Tabela 2 – Partes Interessadas divididas por Categoria em cada Componente

Componentes e	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
Componente 1: Expansão do acesso à electricidade dentro e fora da rede	- Ministério da Economia e Finanças - Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais (MIRN); - Ministério do Ambiente - Ministério da Educação - Ministério de Saúde - Empresa de Água e Electricidade, EMAE; - Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos – ENCO; - Autoridade Geral de Regulação - AGER (de Telecomunicações, Energia, Água e Correios) (AGER); - Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP); - Direcção Geral do Ambiente e Acção Climática (DGAAC); - Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG); - Governo da RAP - Associações de pescadores da RAP - Secretarias Regionais de Infra-estruturas, Ambiente e Saneamento; - Gabinete do Primeiro-Ministro; - GoSTP em geral; - Concessionárias de produção de energias renováveis de SPT (Africa energy, CISAN S.A.); - Fornecedores de equipamentos para centrais fotovoltaicas; - Comité de Coordenação do Programa de Transformação do Sector Eléctrico (CC-PTSE);	- EMAE; - Povoado de Água Casada; - Associação dos camponeses de Água Casada; - Povoado das praias: Burra, Abade, Lapa e Santo Antonio; - Secretarias distritais do distrito de Lobata; - Técnicos do sector latifundiário; - Técnicos de instituições implementadoras; - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de energia; - Autoridades Governamentais Locais; - Operadores, empresas e negócios formais do sector de energias renováveis; - Trabalhadores do Projecto; - Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de centrais fotovoltaicas; - Organizações de Base Comunitária e associações locais na área do projecto; - Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto, nomeadamente: (i) pessoas afectadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) pelas actividades de construção do projecto, ocupação de terras; (ii) pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto.	- Mulheres chefes de agregado familiares; - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza; - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental); - Pessoas portadoras de doenças crónica; - Pessoas idosas; - Associação dos deficientes de STP; - Associação dos cegos e amblíopes de STP; - Associação dos surdos; - SOS mulher STP.

Componentes e	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	- Grupo Técnico de apoio ao Programa de Transformação ao Sector Eléctrico (GT-PTSE); - Plataforma Nacional de Energia Sustentável (PNES); - Banco Mundial; - Media tradicional; - Media digital; - Associação de empreiteiros de STP; - Associação de empresários de STP; - Usuários de energia no geral/clientes da EMAE; - Fórum das ONGs de STP.		
Componente 2: Aumento da produção de energia renovável	- Ministério da Economia e Finanças - Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais (MIRN); - Ministério do Ambiente - Empresa de Água e Electricidade (EMAE); - Ministério da Educação - Ministério de Saúde - Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos – ENCO; - Autoridade Geral de Regulação-AGER (de Telecomunicações, Energia, Água e Correios) (AGER); - Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP); - Direcção Geral do Ambiente e Acção Climática (DGAAC); - Direcção de energias renováveis; - Comité de Coordenação do Programa de Transformação do Sector Eléctrico (CC-PTSE); - Grupo Técnico de apoio ao Programa de Transformação ao Sector Eléctrico (GT-PTSE);	- EMAE; - Técnicos do sector latifundiário; - Câmara Distrital de Lembá, - Associação dos Moradores de Ponta-Figo, - Associação dos Moradores de Generosa; - Outras comunidades cercanas como: - o Arribana - o Manuel Morais. - Técnicos das instituições implementadoras; - Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de energia; - Operadores, empresas e negócios formais do sector de BESS; - Trabalhadores do Projecto; - Empresas de estudos de viabilidade de expansão da rede eléctrica; - Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto, nomeadamente, (i) pessoas afectadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e	- Mulheres chefes de agregado familiares; - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza; - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental); - Pessoas portadoras de doenças crónica; - Pessoas idosas; - Associação dos deficientes de STP; - Associação dos cegos e ambliopes de STP; - Associação dos surdos; - SOS mulher STP.

Componentes e	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	- Plataforma Nacional de Energia Sustentável (PNES); - Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG); - Secretarias Regionais de Infra-estruturas, Ambiente e Saneamento; - Gabinete do Primeiro-Ministro - GdSTP em geral; - Concessionárias de produção de energias renováveis de SPT; - Fornecedores de equipamentos para o reforço da rede eléctrica e expansão de acesso; - Banco Mundial; - Media tradicional; - Media digital; - Associação de empreiteiros de STP; - Associação de empresários de STP; - Usuários de energia no geral/clientes da EMAE; - Fórum das ONGs de STP.	económico) pelas actividades de construção do projecto, ocupação de terras; (ii) pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto.	
Component 3: Melhoria da governação e reforço da capacidade institucional	- Ministério de Economia e Finanças - Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais (MIRN); - Ministério do Ambiente - Empresa de Água e Electricidade (EMAE); - Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO); - Autoridade Geral de Regulação - AGER (de Telecomunicações, Energia, Água e Correios) (AGER); - Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP); - Direcção de energias renováveis; - Comité de Coordenação do Programa de Transformação do Sector Eléctrico (CC-PTSE);	- Ministério da Economia e Finanças - Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais (MIRN) - Empresa de Água e Electricidade (EMAE) - Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos (ENCO); - Autoridade Geral de Regulação - AGER (de Telecomunicações, Energia, Água e Correios) (AGER); - Agência Fiduciária de Administração de Projectos (AFAP); - Direcção de energias renováveis; - GoSTP em geral; - Concessionárias de produção de energias renováveis de SPT;	- Mulheres chefes de agregado familiares; - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza; - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental); - Pessoas portadoras de doenças crónica; - Pessoas idosas; - Associação dos deficientes de STP; - Associação dos cegos e amblíopes de STP; - Associação dos surdos; - SOS mulher STP.

Componentes e	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	- Grupo Técnico de apoio ao Programa de Transformação ao Sector Eléctrico (GT-PTSE); - Plataforma Nacional de Energia Sustentável (PNES); - Secretarias Regionais/Distritais de Infra-estruturas, Ambiente e Saneamento; - Gabinete do Primeiro-Ministro; - GoSTP em geral; - Concessionárias de produção de energias renováveis de SPT; - Banco Mundial; - Media tradicional; Media digital; - Associação de empreiteiros de STP; - Associação de empresários de STP; - Usuários de energia no geral/clientes da EMAE.	- Usuários de energia no geral/clientes da EMAE.	
Componente 4: Componente de Resposta de Emergência Contingente	- Ministério de Economia e Finanças ; (MEF) - Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais (MIRN); - Governo de STP; - Banco Mundial.	- Pessoas, instituições e organizações afectadas pela emergência.	- Grupos vulneráveis afectados pela Mulheres chefes de agregado familiares; - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza; - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental); - Pessoas portadoras de doenças crónica; - Pessoas idosas.

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DE PARTES INTERESSADAS

4.1. Resumo do envolvimento das partes interessadas durante a preparação do projeto

A fim de incorporar as opiniões e preocupações das partes interessadas sobre o Projecto neste PEPI, foram realizados encontros com os principais intervenientes do Projecto para divulgar o projecto e colher sensibilidades no processo de envolvimento das partes interessadas (PI), incluindo as partes afectadas e outras partes interessadas pelo projecto. No total foram realizadas 11 consultas de forma faseada, ao longo do período de preparação do projecto.

Numa 1ª fase - entre Novembro e Dezembro 2022 - foram realizadas 2 reuniões de consulta pública em São Tomé (ST) - uma junto a partes institucionais, entidades públicas e privadas, e outra com a comunidade que se encontra localizada junto à área prevista para a construção do Parque Solar. A primeira consulta foi realizada nos escritórios da AFAP, onde participaram: investidores privados na área de energias renováveis, direcções e departamentos governamentais que lidam com o sector de infra-estruturas públicas, energia, terras, agricultura e meio ambiente e representantes dos grupos vulneráveis. As instituições presentes incluíram Direcção de Agricultura, Fórum das ONGs – FONG, empresas privadas concessionárias de produção de energias renováveis, Direcção geral do Ambiente, CISA Energia, Associação dos deficientes, Autoridade de Regulação de Energia, Associação dos Surdos, Ministério de Agricultura, EMAE, AGER, Direcção de planeamento, entre outros. A reunião foi atendida por 22 participantes, dos quais 5 eram mulheres. A segunda consulta teve lugar na comunidade de Água Casada, onde participaram 90 pessoas das quais 29 mulheres. Os participantes eram na sua maioria as lideranças locais, membros da comunidade e associações afectadas pelo projecto.

No Anexo 1 encontra-se o resumo dos conteúdos abordados em cada encontro. No entanto, das questões levantadas durante as primeiras consultas com as PI destacam-se as seguintes:

- A necessidade da atribuição da terra para o projecto seguir o preconizado no Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).
- Acesso a terra e a dependência dos moradores de Água Casada à terra para a sua subsistência.
- Partilhar o calendário de implementação do projecto de infra-estruturação da futura área da central fotovoltaica com as partes interessadas para o melhor envolvimento.
- A necessidade de envolvimento contínuo com as comunidades usuárias das áreas agrícolas e as entidades responsáveis por assuntos fundiários para minimizar tensões e satisfazer as expectativas dos afectados.
- A necessidade de pessoas portadoras de deficiência terem acesso a oportunidades de trabalho no projecto ou actividades associadas ao projecto.
- Recomendação de que a melhor forma para engajar grupos vulneráveis seria através de contacto directo com estes ou através dos responsáveis das associações.

Numa 2ª fase - entre Maio e Julho de 2023 – foram realizadas consultas adicionais em resposta à introdução de uma nova actividade no âmbito da Componente 1 - *Expansão do acesso à eletricidade dentro e fora da rede* - que prevê a extensão do projecto à Região Autónoma do Príncipe (RAP) e beneficiar comunidades ligadas ao sector das pescas, com o fornecimento e instalação de motores eléctricos para embarcações e a instalação de estações de carregamento das baterias dos respectivos motores. Estas contemplaram duas reuniões com representantes do Sector das Pescas (Direcção Nacional das Pescas em São Tomé e a Secretaria Regional para o Sector na RAP); e três consultas junto a comunidades dedicadas à actividade da pesca, nomeadamente: as comunidades da praia Burra, praia Abade e praia Santo António, indicadas pelo

Governo Regional da RAP. As consultas tiveram como objetivo obter uma visão sobre a dimensão do sector, principais necessidades das comunidades piscatórias e condições para a instalação de equipamentos, para informar o desenho da actividade prevista pelo projecto, adequabilidade das actividades propostas, e prever abordagens contextualizadas e dimensionadas ao número de beneficiários e às preocupações destacadas pelo sector. O levantamento realizado contemplou a recolha de dados disponíveis sobre o número de pescadores, número de pescadores que possuem embarcações, número de associações de pescadores e das palaiês (processadoras e vendedoras), número de associados, potência dos motores usados e identificação de áreas para a instalação de estação de carregamento de baterias dos motores eléctricos através da energia solar fotovoltaica. A tabela 3 resume alguns dados recolhidos durante a visita.

Tabela 3 – Resumo das Informações Recolhidas na Secretaria Regional para a Biosfera, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural (SRBAADR) na Região Autónoma de Príncipe (RAP), dados do último resseamento realizado no ano 2023.

Número total dos pescadores registados na RAP: 500
Número de pescadores que possuem embarcações: 300
90 % dessas embarcações possuem motores de 15 CV
10 % dessas embarcações possuem motores de 15 CV
A Região Autónoma de Príncipe possui 16 associações

As informações contidas na tabela 3 foram recolhidas durante os encontros realizados com o Chefe de Departamento de Pesca da Secretaria Regional para a Biosfera, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural (SRBAADR). A Direção Nacional das Pescas informou que está em curso o recenseamento dos pescadores e que o mesmo estará disponível no corrente ano. Esse instrumento servirá de base para a identificação do número de pescadores com embarcações, sendo esta uma informação útil para a definição da quantidade de motores eléctricos que serão adquiridos pelo projeto AELS, em fase de preparação.

Durante os contactos desenvolvidos ficou patente que as comunidades piscatórias concordaram com a implementação do projecto AELS e com pertinência das actividades propostas dirigidas às comunidades piscatória e partilharam as suas dificuldades, tais como a falta de combustível de embarcações. Contudo, as comunidades mostraram receio quanto à autonomia das baterias eléctricas, uma vez que na região autónoma os pescadores costumam permanecer por vários dias no mar, sem regressar a terra. Mais detalhes sobre as reuniões tidas com as comunidades na RAP, encontram-se no relatório da missão realizada na RAP entre os dias 29 de Junho a 10 de Julho de 2023.

Adicionalmente, foram realizadas mais 4 consultas (3 encontros com entidades governamentais e 1 consulta pública) em Janeiro de 2024 na RAP, nomeadamente com o Secretário Regional do Ambiente, Secretário Regional das Infraestruturas, delegado Regional da EMAE, o Presidente do Governo Regional de Príncipe.

Apesar de acolherem favoravelmente a implementação das actividades na RAP, todos manifestaram preocupação pelo projecto não estar focado na geração de energia na RAP que, segundo eles, já tinham informado a missão do BM no ano passado sobre a necessidade de instalação da central fotovoltaica de 2-4 MW.

Para além das reuniões tidas com as entidades de forma individual, foi realizada uma reunião de consulta pública na RAP no dia 30.01.2024 onde estiveram presentes representantes da Assembleia Regional da RAP, de várias Secretarias Regionais da RAP, como a Secretaria Regional das Infraestruturas, Secretaria Regional de Ambiente e Conservação da Natureza, Secretaria Regional de Assuntos Sociais, Delegação

Regional das Pescas, de Comando Regional da Polícia, do Comando Regional da Capitania dos Portos, do Comando Regional Militar, da Comunidade de Praia Burra, da Comunidade de Praia Abade, da Comunidade de Praia de Santo António, da Comunidade de Praia Lapa, Delegação Regional da EMAE, Delegação Regional das Pescas, Representação na RAP do Projeto STP Digital da AFAP. Participaram via ZOOM, representantes da Delegação Regional de RAP do Ambiente e Conservação da Natureza (DRACN), do Projecto de Recuperação do Sector Eléctrico (PRSE), da EMAE, do Gabinete de Ministro das Infraestrutura e Recursos Naturais, Prospectiva S.A. e AFAP. As principais questões levantadas incluíram

- A necessidade de instalação de uma central fotovoltaico na RAP de 2 a 4 MW, para minimizar a crise energética e evitar a dependência de combustível que tem sido um grave problema nacional.
- A possibilidade do projecto co-financiar a colocação de sistemas de painéis solares para pessoas individuais como incentivo para cada família.
- Sugeriu que o projeto pudesse oferecer e incorporar malas isotérmicas adaptadas para a navegação; tendo em conta que muitos pescadores não possuem nenhum tipo de equipamento de conservação de pescado, que demoram muito tempo no alto mar e que o pescado quando chega a praia, já vem em mau estado de conservação.
- Sugeriu-se a realização de inquéritos nas comunidades piscatórias para conhecer a necessidade em termos de fornecimento de equipamentos de pescas;
- A questão sobre a capacidade das baterias aguentarem durante o tempo que o pescador fica no mar, de modo a dar certa segurança aos mesmos, voltou a ser levantada.
- A necessidade de mostrar no orçamento das componentes o valor que cabe as actividades do projecto para a Região Autónoma do Príncipe

Os detalhes dos encontros realizados através de reuniões individuais e consulta pública estão no *relatório da missão sobre a consulta publica do projeto de acesso a energia limpa e sustentável (ACRE) na RAP e no relatório da consulta Pública na Região Autónoma de Príncipe (RAP) com os Stakeholders* de 30 de Janeiro 2024, cujo resumo pode ser visto no anexo 1.

4.2 -Consultas públicas realizadas durante a implementação do Projecto

4.2.1- Consulta de testagem da compensação social junto a comunidade de Água-Casada

Esta sessão foi realizada no dia 22 de novembro do ano 2024 na comunidade de Água-Casada, no distrito de Lobata com objectivo de testar o pacote de compensação social destinado aos mesmos. A sessão também contou com a participação da associação dos moradores. (Ver fotos no anexo 5)

Após terem sido apresentadas as propostas, a discussão centrou-se nas mesmas e em outras mais. E, para fechar a ronda de discussão, foi frisado que o projecto poderá analisar as seguintes possibilidades:

- ✓ Reabilitação do Balneário (Gestão e manutenção a cargo da Camara distrital) ou latrinas individuais modernizadas; (Parceria com a Direção Geral de Ambiente – Comunidade Livre de Defecação ao Ar Livre);
- ✓ Formação e capacitação dos Jovens da comunidade de Água – Casada;
- ✓ Melhoria de estrada a frente do jardim de Infância;
- ✓ Legalização electrica na comunidade;

4.2.2-Consultas junto as partes interessadas na Região Autónoma do Príncipe (RAP)

Nesta fase do projecto foram revistas as intervenções na Região Autónoma do Príncipe, com realização de consultas junto as principais partes interessadas com objectivo de conhecer as opções de investimentos na eletrificação do sector das pescas. Estas consultas foram realizadas 23 a 26 de janeiro do ano 2025 pela equipa de implementação do projecto e a participação do Banco Mundial. **(Ver fotos no anexo 6)**

Houve reunião de auscultação as entidades regionais e visitas de terreno a comunidades pesqueiras como Praia Burra, Abade, Santo António Centro e Seca. Nas visitas de terreno, encontramos e conversamos com as cooperativas locais e pudemos evidenciar os desafios gerais acionados as ações apresentadas como propostas aos mesmos. Esta interação ajudou-nos a definir junto a eles as prioridades, oportunidades, pontos problemáticos e actividades específicas de cada local que será apresentado a seguir:

Praia Bura:

A comunidade de Praia Bura foi a primeira a ser visitada, a mesma está localizada na zona norte de Príncipe, com um total de 300 habitantes. Tem uma associação de pescadores e uma de palaiês e um centro comunitário e um acesso rodoviário pavimentado. Nela, foram identificadas as seguintes opções:

Câmara frigorífica e câmara de congelação;

- Máquina de fazer gelo;
- Secadores maiores e melhorados;
- Um fumador;
- Uma estação de embalagem e consumíveis;

Santo António – Centro:

Está situada no centro, congrega as praias de estaleiro, capitania e a própria de Santo António. Também têm as associações de pescadores com mais de 20 associados e associação das palaiês com 15 associadas.

Confirmaram que a necessidade mais premente é o armazenamento em frio e a produção de gelo, não obstante, foram identificadas as seguintes opções:

- Reabilitação do telhado da infraestrutura comunitária;
- Energia solar no telhado da infraestrutura comunitária;
- Banco de baterias, câmara frigorífica, máquina de gelo, caixas frigoríficas para transporte ponto-a-ponto;
- Estações de trabalho para construção de barcos e ferramentas elétricas melhoradas;
- Propõe-se também melhorar o armazenamento ponto-a-ponto, substituindo as arcas congeladoras enferrujadas que têm, ou mesmo optando por modelos com carregamento solar, se forem viáveis em termos de custo.

Praia Abade:

Está localizada na zona sul da Ilha do Príncipe, têm uma associação de pescadores e palaiês com 40 associados no total para as duas, alguns dos pescadores usam embarcação a motor e outros usam canoa a remo.

Existe aqui um pequeno potencial de microtransformação, uma vez que dispõem de um fumeiro e de camas de secagem. Propõe-se duplicar esse elemento neste local, bem como fornecer infraestruturas críticas da cadeia de frio, incluindo o transporte de frio para os mercados. As seguintes opções foram identificadas:

Câmara de frio com congelação e refrigeração;

- Máquina de fazer gelo (desafio com acesso à água a 800m de distância);
- Estação de secagem solar melhorada;
- Motociclos isolados/refrigerados para transporte de peixe para os mercados;

Das auscultações feitas à essas 4 comunidades, consideramos que um dos maiores desafios é o envolvimento e apropriação, ou seja, como garantir que o governo e as cooperativas se apropriem e agenciem, que vejam o projeto (e o equipamento) como seu para gerir e manter. Este desafio poderá ser solucionado através de diferentes consultas junto as partes interessadas sobre as ações do projecto e a responsabilidade das partes envolvidas.

Neste sentido, foram definidos os próximos passos como:

- Indicação dos pontos focais das entidades regional para acompanhar toda a fase de preparação e implementação do projecto;
- Por parte da PIU/AFAP, apresentação pública de diferentes propostas de alternativas propostas para cada praia, para depois serem seleccionadas as principais;

4.2.3- Consulta Pública de divulgação do Estudo de Impacto Ambiental e Social e Plano Gestão Ambiental e Social do Projeto

Esta sessão foi realizada no dia 21 de fevereiro do ano 2025, na sala de conferencia de Hotel Praia, no distrito de Água Grande e contou com diferentes participantes incluindo, o Presidente da Câmara Distrital de Lobata, ONGs, Representante da AFAP, Salvaguardas A&S de outros projetos, elementos-chave da comunidade de Água Casada e representantes institucionais dos sectores chaves para o desenvolvimento do projecto. A mesma permitiu obter a aprovação unanime dos estudos apresentados. (Ver foto no anexo 7) .

4.2.4- Consulta Pública de Divulgação do Plano de Acção de Reassentamento

Esta reunião tinha como objectivo apresentar as partes afectadas e interessadas o plano de Acção de Reassentamento e a existência do Mecanismo de Resolução de Reclamação, contou-se com a participação de elementos da comunidade de Água Casada, Presidente da Câmara Distrital de Lobata, ONGs e representantes institucionais dos sectores-chave para o desenvolvimento do projeto.

Foi realizada no dia 07 de março do ano 2025 na sala de conferência do Jardim Botânico em Agostinho Neto, no distrito de Lobata. (Ver fotos no anexo 8)

Os resultados esperados foram alcançados, na medida que o Plano de Acção de Reassentamento foi apresentado e divulgado; o mecanismo de resolução de reclamação foi divulgado aos participantes e difundidos também os diferentes canais de reclamação.

4.3- Resumo dos detalhes do envolvimento com Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto, Consulta Pública e Divulgação referentes à Componente 2.4.

No âmbito desta componente, o envolvimento das partes interessadas foi precedido por um exercício de identificação das entidades públicas, privadas e civis. Salienta-se que a maioria destas entidades foram consultadas diversas vezes ao longo da elaboração do ESIA, em particular algumas entidades governamentais, com quem foram realizadas reuniões nas diversas missões de campo realizadas pela equipa do ESIA (sete no total), e as comunidades locais potencialmente afectadas pelo projecto, as quais foram visitadas e entrevistadas pela equipa do EIAS diversas vezes ao longo das missões de campo realizadas.

Foram consultadas as seguintes PI:

- Governo
 - Empresa de Água e Electricidade (EMAE) – Direcção de Águas e Direcção de Electricidade;
 - Direcção Geral de Ambiente e Acção Climática (DGAAC);
 - Direcção Jurídica, Administração, Cooperação, Avaliação e os Estudos de Impacto Ambiental (DJACAEIA);
 - Direcção de Conservação, Saneamento e Qualidade do Ambiente (DCSQA);
 - Direcção Geral de Recursos Naturais e Energia (DGRNE);
 - Direcção de Geologia e Minas;
 - Direcção de Recursos Hídricos;
 - Direcção das Florestas (DF);
 - Parque Nacional Obô São Tomé (PNOST);
 - Direcção Geral de Turismo e Hotelaria;
 - Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura (DADA);
 - Direcção de Reordenamento Agrário e Hidráulica Agrícola (DRAHA);
 - Gabinete da Reforma Agrária;
 - Direcção Geral da Cultura (DGC);
 - Direcção dos Cuidados de Saúde;
 - Centro de Saúde de Neves;
 - Centro Nacional de Endemias;
 - Câmara Distrital de Lembá;
- Sector Privado
 - Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico (CECAB);
 - SATOCAO;
 - IMOBRISA;

- ADM;
- CONSTRUPEC;
- Sociedade Civil
 - ALISEI;
 - Associação de Cabo-Verdianos Acção Social (ACAS);
 - Associação dos Pequenos Produtores de Cacau da Generosa (APPCG);
 - Federação de Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe (FONG-STP);
 - TESE;
 - Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição;
 - Comunidade de Ponta Figo;
 - Comunidade de Generosa;
 - Comunidade de Manuel Morais;
 - Comunidade de Ribana.

Além das reuniões e entrevistas realizadas com as entidades centrais e distrital, no âmbito da elaboração ESIA, foram desenvolvidas acções de Envolvimento com Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto como:²²

- Workshop sobre as Opções de Ampliação do Contador.
- Apresentação pública e discussão do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental e Social das Alternativas de Projecto;
- Apresentação pública e discussão do Relatório Draft do EIAS.

O Workshop sobre as Opções de Ampliação do Contador, foi realizado a 19 de Abril de 2018 no auditório do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (CCBSTP), a equipa de engenharia da Stucky apresentou as opções que estavam a ser consideradas no desenvolvimento das alternativas de reabilitação / ampliação do Contador. Na sequência a JGP apresentou os trabalhos do ESIA realizados até aquela data, a metodologia adoptada e os resultados preliminares obtidos (focados na caracterização ambiental e social da área do projecto).

A sessão de **apresentação pública e discussão do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental e Social das Alternativas de Projecto**, decorreu no dia 14 de Fevereiro de 2019, também no CCBSTP, e contou com uma participação massiva por parte das PIA e grande divulgação nos media, incluindo televisão e rádio nacionais.

Como parte integrante da Consulta Pública requerida no âmbito do procedimento de AIA, foram realizadas **duas sessões de apresentação e discussão do Relatório Draft do EIAS** que tiveram amplas audiências e cobertura dos media nacionais (televisão e rádio):

²² O relatório das acções são apresentados no anexo 2.

- Sessão pública realizada no dia 12 de Dezembro de 2019 no espaço Cacau em São Tomé dirigida para às entidades governamentais centrais, sector privado em geral e ONGs nacionais (**ver Fotos no anexo 2**).
- Sessão pública realizada no dia 14 de Dezembro de 2019 no centro comunitário de Ponta Figo, dirigida às PIA presentes na área de intervenção do projecto e sua envolvente, nomeadamente, comunidades locais (incluindo Ponta Figo, Generosa, Manuel Morais, Ribana, Roça do Rio Leça, Roça Monte Forte, Planças I, Planças II, Planças Praia, Praia das Conchas), Câmara Distrital de Lembá, Câmara Distrital de Lobata, Município de Neves, empresas privadas locais e ONG locais (**Ver fotos no anexo 2**).

Adicionalmente, foi realizado no dia 19 de abril do ano 2018 o Workshop sobre apresentação de resultado de análise de diferentes alternativas a Reabilitação da Central Hidroelectrica do Contador. Foram também realizadas ao nível das comunidades de Generosa, reuniões para recolha de sensibilidade com relação ao projecto. (**Ver fotos no anexo 3**)

Além das actividades acima mencionadas, foi realizada uma reunião com pontos focais do Mecanismo de Resolução de Reclamação (MRR) das comunidades de Generosa, Ponta-Figo, Manuel Morais e Arribana no dia 08 de agosto do ano 2024 para divulgação de informação sobre o ponto de situação das obras e estratégia de implementação do mecanismo. Esta reunião contou com a participação de 30 pessoas, foi dado a conhecer a situação actual do projecto e o retomar das obras com o Lote 2: Reabilitação e Limpeza da Estrada de Acesso e Limpeza de Canal e tomadas das águas. Relativamente a estratégia de implementação do MRR, foi reforçada a necessidade de divulgarem a linha verde (8001020), e destaque o papel deles enquanto pontos focais. (**Ver fotos no anexo 4**).

Também foi realizada no dia 03 de setembro do ano 2024, na sala de reunião da camara distrital de Lembá, o encontro com o presidente e sus vereadores para divulgação de informações sobre o projecto e a estratégia de implementação do MRR.

4.3- Resumo das necessidades das partes interessadas no projeto e métodos, ferramentas e técnicas para o envolvimento das partes interessadas.

A Tabela 3 apresenta de forma sintetizada a estratégia de envolvimento dos diferentes tipos de PI, tendo em conta as características e necessidades específicas dos PI. O PEPI não é estanque, mas sim, em contínua construção para adequar a acomodação de novas categorias de PI e suas necessidades específicas à medida que forem surgindo, sendo deste modo continuamente refinado e adoptada nova estratégia conforme a implementação do Projecto for sendo realizada.

Tabela 4 – Necessidades das Partes Interessadas pelo Projecto e estratégia de envolvimento

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de envolvimento
Trabalhadores do Projecto	Parte Interessada/Afectada	Português, Inglês., Frances	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos, circulares.	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação, diálogos, <i>workshops</i> , seminários.
Técnicos das instituições implementadoras	Parte Afectada	Português, outros dialectos locais (santome, lung'le angol e o kabuverdianu).	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos, circulares.	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Alto	Encontros de coordenação, <i>workshops</i> , seminários.
Entidades implementadoras do projecto	Parte interessada e afectada	Português, Inglês.	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos, circulares, elatórios de progresso.	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação, <i>workshops</i> , seminários.
Concessionárias de produção de energia fotovoltaica	Parte interessada e afectada	Português, Inglês.	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros.	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação.
Fornecedores de serviços e de equipamentos eléctricos	Parte interessada e afectada	Português, Inglês.	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos,	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação.

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de envolvimento
			circulares, relatórios de progresso				
Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de energia	Parte Afectada/interessada	Português, outros dialectos locais (santome, lung'le angolar e o kabuverdianu).	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos, circulares, relatórios de progresso.	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Alto	Encontros de coordenação.
Autoridades governamentais das diferentes áreas e diferentes níveis (obras públicas, saúde, educação, etc.)	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Encontros de coordenação, cartas, e-mail, material de informação.	Não aplicável	Suporte	Alto	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais.
ONGs, Organizações Comunitárias de Base e Associações locais	Partes interessadas e influenciadoras	Português, Frances, outros dialectos locais (santome, lung'le angolar e o kabuverdianu).	Encontros de coordenação, cartas, e-mail, material de informação.	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Media digital	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Cartas, e-mail, material de informação, media social, convites.	Não aplicável	Suporte	Médio	Conferência de imprensa, entrevistas, partilha de relatórios.

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de envolvimento
Media tradicional	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Convites, cartas, e-mail, material de informação, media social.	Não aplicável	Suporte	Médio	Conferência de imprensa, entrevistas, partilha de relatórios.
Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto - pessoas afectadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico); pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto.	Parte Afectada	Português, outros dialectos locais (santome, lung'le angolar e o kabuverdianu)	- Comunicação directa, anúncios de reuniões na televisão, rádio, lideranças e autoridades locais, jornais locais, notificações dirigidas, mensagens telefónicas.	- Necessidade de tradutor na língua local - Marcação da hora e local que permitem a participação massiva dos afectados	Oposição	Médio	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais.
Empresas e negócios do sector de energias (construção, fornecimento de equipamentos, assessoria e assistência técnica)	Parte interessada/afectada	Português, Inglês, Francês.	Cartas, e-mail e material de informação, anúncios no jornal, <i>website</i> , rádio.	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação; Consultas públicas; Encontros individuais.

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de envolvimento
Associações de pescadores da RAP e os seus associados	Parte interessada/afectada	Português, Francês, outros dialectos locais (santome, lung'le angular e o kabuverdianu).	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos, circulares, relatórios de progresso.	Escolher horários de envolvimento que possam estar disponíveis	Suporte	Baixo	Encontros de coordenação, diálogos, <i>workshops</i> , seminários.
Trabalhadores de empresas de sector de energias (construção, fornecimento de equipamentos, assessoria e assistência técnica)	Parte interessada/afectada	Português, Francês, outros dialectos locais (santome, lung'le angular e o kabuverdianu).	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros/reuniões. Despachos, circulares, relatórios de progresso.	Escolher horários de envolvimento que possam estar disponíveis	Suporte	Baixo	Encontros de coordenação, diálogos, <i>workshops</i> , seminários.
Usuários de energia no geral/clientes da EMAE	Parte interessada/afectada	Português, Francês, outros dialectos locais (santome, lung'le angular e o kabuverdianu).	Carta, e-mail, relatórios de progresso, anúncios no jornal, televisão, rádio; mensagens telefónicas, conferência de imprensa.	Escolher horários de envolvimento que possam estar disponíveis	Suporte	Baixo	Consultas públicas, mecanismo de reclamações, GFD, inquéritos.
Habitantes de zonas rurais	Parte afectada	Português, outros dialectos locais (santome, lung'le angular e o kabuverdianu).	Material de informação elucidativo, rádio, lideranças locais.	Transporte para os locais de consulta. Necessidade de tradutor na língua local.	Suporte	Baixo	Consultas públicas, GFD, encontros individuais (onde seja aplicável).

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de envolvimento
Grupos de mulheres e raparigas	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais (santome, lung'le angolar e o kabuverdianu).	Cartas convites dirigidas a associações; anúncios no jornal, televisão, rádio; mensagens telefónicas.	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante, horários apropriados que facilitam a sua participação, cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais. Garantir a representatividade em encontros e pesquisas.	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação; reuniões individuais. Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos; identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários.
Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais (santome, lung'le angolar e o kabuverdianu).	Cartas convites dirigidas a associações; anúncios no jornal, televisão, rádio; mensagens telefónicas.	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante; horários apropriados que facilitam a sua participação, cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais. Garantir a	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação; Reuniões individuais. Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos. Identificar e consultar

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de envolvimento
				representatividade em encontros e pesquisas.			ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários.
Pessoas portadoras de deficiência	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais, linguagem gestual.	Cartas convites dirigidas a associações; anúncios no jornal, televisão, rádio; mensagens telefónicas.	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte; e necessidade de encontrar tradutor em língua gestual.	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais.
Pessoas portadoras de doenças crónicas	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais.	Cartas convites dirigidas a associações; anúncios no jornal, televisão, rádio; mensagens telefónicas.	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte, tradução nas línguas locais.	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais.

4.2. Plano de envolvimento das PI do Projecto

O calendário indicativo apresentado na Tabela 4 inclui as duas fases do Projecto, nomeadamente: (i) Fase de concepção e avaliação do Projecto – esta fase inclui a elaboração dos documentos que serão apresentados para a aprovação do Projecto pelo Conselho de administração do Banco Mundial; (ii) Fase de Implementação do Projecto – que se segue após a aprovação do Projecto em diante. O Plano identifica os instrumentos ambientais e sociais que devem ser amplamente divulgados, os momentos da divulgação, as PIs visadas, o método de envolvimento e a responsabilidade.

Tabela 5 – Proposta do Plano para consulta das Pls no Projecto

Estágio do Projecto	Lista de informação a ser divulgada	Método proposto	Datas ³ de consultas e envolvimento	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
Concepção e Avaliação do Projecto	Divulgação do Projecto AELS (<i>concept note</i> , PAD, Sumário da Revisão Ambiental e Social, etc.)	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais, visitas técnicas.	Novembro à Dezembro - 2022	Instituições governamentais envolvidas no projecto, Banco Mundial, parceiros de implementação, doadores, consultores.	AFAP - equipa A&S
	Plano de Compromisso Ambiental e Social	Reuniões de coordenação e de negociação	Outubro - 2023	Instituições chaves do Governo de STP, AFAP, MIRN e o Banco Mundial.	AFAP
	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas incluindo o MRR	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais Disposição da informação no <i>website</i>	Outubro - 2023	Instituições governamentais envolvidas no projecto, autoridades municipais, locais, ONGs, parceiros de implementação, financiadores e o público em geral, principalmente mulheres e grupos marginalizados, Pessoas Afectadas pelo Projecto e outras partes interessadas.	AFAP - equipa A&S
	Divulgação do QPR e QGAS incluindo a descrição do procedimento de Gestão laboral; Mecanismo de Gestão de Reclamações para Trabalhadores do Projecto, Avaliação de Riscos de VBG e EAS; Plano de acção sobre violência baseada no género, Saúde e Segurança da	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais Disposição da informação no <i>website</i> da AFAP e MIRN, Banco Mundial	Outubro - 2023	Instituições governamentais envolvidas no projecto, autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação, financiadores e o público em geral, principalmente grupos vulneráveis, Pls.	AFAP - equipa A&S

³ As datas apresentadas são indicativas.

Estágio do Projecto	Lista de informação a ser divulgada	Método proposto	Datas ³ de consultas e envolvimento	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
	Comunidade; entre outras informações.				
Fase de Implementação	Concepção, Selecção, Desenho e Triagem dos Subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, <i>website</i> e outras plataformas digitais da AFAP e MIRN.	A ser definido pela UIP – durante a fase de concepção, selecção, desenho, dos subprojectos, antes da aprovação dos subprojectos.	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, grupos vulneráveis, ONGs e Organizações comunitárias de Base, Governos distritais/Municipais, Banco Mundial.	UIP – MIRN
	Estudos de Impacto Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, <i>website</i> e outras plataformas digitais da AFAP e MIRN.	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades dos subprojectos que exigem esses instrumentos.	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas.	UIP - MRNA Equipa A&S
	Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, <i>website</i> e outras plataformas digitais da AFAP e MIRN.	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo da implementação do Projecto.	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, Organizações comunitárias de Base, Governos distritais, Banco Mundial.	UIP – MRNA Equipa A&S

Estágio do Projecto	Lista de informação a ser divulgada	Método proposto	Datas ³ de consultas e envolvimento	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
	Planos de Reassentamento dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, <i>website</i> e outras plataformas digitais da AFAP e MIRN.	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo dos diferentes estágios de implementação dos projectos e o MRR deverá ser disponibilizado com canais pertinentes para as Partes Afectadas pelo Projecto.	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, Organizações comunitárias de Base, Governos distritais/Distritais, Banco Mundial.	UIP - MIRN Equipa A&S
	Relatórios de progresso do projecto. Relatórios de auditoria, Resultados do Mecanismo de resolução de reclamações, relatório de <i>feedback</i> das partes interessadas.	Reuniões comunitárias, consultas públicas, FGDs, Media, rádio, linha directa do projecto, <i>website</i> , comunicado de imprensa, rádio comunitária, TV.	A ser definido pela UIP	Comunidades afectadas, público em geral, ONGs, mulheres e outros grupos vulneráveis serão consultados em particular.	UIP Equipa A&S

4.3. Aprendizagem e *Feedback*/Retorno

O *feedback* é essencial no processo de envolvimento das partes interessadas. É responsabilidade da equipa Ambiental e Social do Projecto, ao nível da UIP, garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente e com antecedência e manter uma linha de *feedback* aberta para as partes interessadas. Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, grupos focais, comentários constantes no MRR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa Ambiental e Social e à UIP para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das Pls e outros intervenientes do Projecto.

Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das Pls deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e *feedback* das partes interessadas, inclusive por meio do monitoramento das redes sociais; percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática; e diálogos directos e consultas.
- Operacionalização do MRR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.
- Garantir que as mudanças nas abordagens de envolvimento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o envolvimento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.
- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto.
- Estabelecer para o público em geral, canais de Media identificados e confiáveis, incluindo: Media de transmissão (televisão e rádio), Media impressa (jornais, revistas), *sítes* de organizações confiáveis, Media social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI

A Agência Fiduciária de Administração de Projectos do Governo de São Tomé e Príncipe (AFAP) é a agência fiduciária para a administração de projectos em STP. A AFAP tem um histórico na implementação de projectos de educação, telecomunicações, protecção social e energia financiados pelo Banco Mundial e será responsável pelos aspectos fiduciários deste projecto. Uma UIP técnica será criada dentro do MIRN e será responsável pela implementação das actividades, compromissos ambientais e sociais e M&A relacionados ao projecto. O MIRN tem o mandato de liderar o desenvolvimento do sector de energia; dado o seu mandato, está bem posicionado para liderar e coordenar a implementação do projecto proposto. A PIU também supervisionará os principais compromissos de M&A e A&S relacionados ao projecto e consolidará e enviará relatórios do projecto ao BM. Um coordenador do projecto será responsável pela coordenação entre as diferentes agências, inclusive com as equipas (AFAP) e do BM. A UIP do MIRN será responsável pela gestão geral do projecto. Os principais membros da equipa incluem um coordenador de projecto, especialistas técnicos da área de energias renováveis, especialista Ambiental e Social e especialista em M&A.

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI é do especialista de A&S da UIP. Este deverá manter uma base de dados das Pls ao longo do ciclo de vida do projecto. O especialista de A&S das Unidades Técnicas (UT) regionais juntamente com os consultores contratados no âmbito da realização do processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social e consultores de assistência técnica deverão implementar o PEPI em coordenação com o especialista de A&S central e um relatório numa base mensal será preparado e submetido à UIP.

5.1. Recursos Financeiros

Para a implementação efectiva do PEPI serão disponibilizados recursos financeiros suficientes durante os 5 anos do projecto. O orçamento para a implementação do PEPI é de US\$. **164 890⁴** (Tabela 6), que virá da Componente 4 - Gestão e Coordenação do Projecto.

Tabela 6 – Orçamento Proposto para implementação do PEPI

	Actividade	Quantidade	Unidade	Custo Unitário USD	Custo estimado USD
Custos Gerais	Consultas públicas durante a elaboração de instrumentos A&S dos subprojectos	10	Reuniões	2 500.00	25 000,00
	Operação de Linha verde gratuita para disseminação de informações e recepção de reclamações e <i>feedback</i>	60	Meses	150.00	9 000,00
	Manutenção da informação nos <i>websites</i> da AFAP e MIRN	60	Meses	100.00	6 000,00
	Anúncios/comunicados nos Jornais	40	Anúncios	150.00	6 000,00
	Anúncios/comunicados rádios locais	40	Anúncios	50.00	2 000,00
	Folhetos informativos do projecto	10	Pacotes/unidades	5 000	50 000,00
	Verificação (internas e externas) de implementação do PEPI e do MRR	5	Verificações/ auditorias	3 000.00	15 000,0
	<i>Workshops</i> /treinamentos de divulgação de instrumentos A&S	4	Un	1 500.00	6 000.00

⁴ Valor estimado e indicativo, ao qual se entende poder vir a ser ajustado no momento da implementação tendo em conta a dinâmica do mercado e da economia.

	Aluguer de salas e locais para treinamento/reuniões	5	Un	1 000.00	5 000.00
SUBTOTAL					124 000.00
	Custos Operacionais – PEPI				
	Aquisição de equipamentos (câmeras, telefones, computadores)	1	Orçamento	2 000,00	2 000,00
	Viagens - acomodação hotel	100	Noites	100,00	10 000,00
	Veículo/ transporte/combustível	100	Dias	100,00	10 000,00
	Bilhetes de voos	10	Ida e volta	390,00	3 900,00
Subtotal					25 900,00
TOTAL					149 900,00
CONTIGÊNCIAS (10%)					14 990 .00
GRAND TOTAL					164 890.00

6. MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

O MRR é um instrumento usado para resolver as reclamações e reclamações levantadas pelas PI durante o período de implementação do Projecto. Este, estabelece o processo a ser seguido na apresentação e resolução de reclamações apresentadas, incluindo o papel de diferentes intervenientes envolvidos e prazos para o alcance de uma decisão sobre a reclamação/queixa apresentada. Este deve ser desenvolvido e amplamente divulgado durante as consultas públicas iniciais do Projecto para que os afectados tenham conhecimento do mecanismo.

Dentre os tipos de reclamações que podem as PI apresentar incluem:

- Impactos negativos dos subprojectos nas comunidades – como perdas financeiras, danos físicos e incómodo de construção e/ou das actividades operacionais do projecto;
- Riscos de saúde e segurança – circulação perigosa de veículos de obras; emissão de fumos e poeiras da maquinaria e veículos de obras; interferência com caminhos de circulação usados pelas comunidades;
- Impactos negativos sobre o meio ambiente em redor – gestão de resíduos, contaminação da água, exacerbação da erosão dos solos, destruição de habitats, etc.;
- Comportamento inaceitável por parte da equipa ou funcionários da empreitada, incluindo: desrespeito as normas culturais locais; violência baseada em género; abuso sexual.

6.1. Processo de Reclamações

O MRR foi preparado para funcionar dentro das estruturas legais e culturais existentes, proporcionando uma oportunidade adicional para resolver reclamações no nível local do projecto. Os principais objectivos do MRR são:

- Registrar, categorizar e priorizar o tratamento das reclamações;
- Resolver as reclamações e reclamações por meio de consulta a todas as partes interessadas e envolvidas e dar o *feedback* sobre as soluções alcançadas e;
- Caso não sejam alcançadas soluções (satisfatórias) em determinado nível, encaminhar à autoridade competente no nível a seguir;
- Permitir a resolução atempada de reclamações resultantes da implementação do Projecto.

O MRR, dentro dos quadros legais e culturais existentes, irá abarcar três níveis de resolução de reclamações, nomeadamente nível da comunidade, ao nível do projecto e ao nível do sistema judiciário de STP. Os detalhes de cada um desses níveis são descritos a seguir.

6.1.1. Gestão de reclamações a nível comunitário

Ao nível das comunidades locais existem mecanismos tradicionais e culturais de resolução de reclamações através das estruturas familiares e lideranças comunitárias e/ou tradicionais⁵. Espera-se que algumas das disputas que surgirem ao nível da comunidade possam ser resolvidas usando estes mecanismos, sem o envolvimento do mutuário, contractante/empreiteiro ou representantes do Governo a nível local e nacional.

⁵ Poderão a este nível estarem inseridos como por exemplo questões ligadas a conflitos de terra, violação de práticas culturais locais por parte de trabalhadores, entre outros.

Contudo, questões desencadeadas indirectamente pelo Projecto como por exemplo níveis maiores de disputas de terras envolvendo áreas para implementação do projecto deverão ter o envolvimento oficial das autoridades do governo local e o(s) proprietário(s) das terras em questão.

Quando os problemas causados pelo projecto são levantados e resolvidos por meio dos mecanismos comunitários de resolução existentes, a estrutura de governo local deverá reportar ao projecto para efeitos de registo e tomada de conhecimento. Portanto, ao Projecto ficam registados todas as reclamações, a resolução adoptada e os principais intervenientes no processo. Espera-se que questões de disputas ao nível das comunidades possam ser resolvidas a este nível. Doutro modo, são transferidas para o nível a seguir. Neste nível destaca-se a figura de ponto focal do MRR que será responsável pela resolução a nível local, priorizando a solução amigável.

6.1.2. Gestão de reclamações a nível de projecto

Deverá ser estabelecido ao nível da área de implementação dos subprojectos, um comité de gestão de reclamações (CGR) constituído pelo especialista social ou seu ponto focal ao nível local, (Regional, Distrital), a contractada/ empreiteiro e representantes locais. Este comité estabelecido deverá possuir autonomia para lidar com as reclamações no nível local e garantir que as mesmas sejam resolvidas de forma rápida e transparente. Contudo, caso as reclamações não alcancem solução ou os queixosos não fiquem satisfeitos com a solução apresentada, poderão recorrer ao nível seguinte (superior) para apresentação da sua reclamação.

6.1.3 - Gestão de reclamação ao nível de reassentamento.

Para o processo de reassentamento, serão utilizados os seguintes canais para a recolha das queixas/reclamações (**ver a tabela 7 abaixo**).

Tabela 7 – Canais de reclamação ao nível de reassentamento

Canais	Localização
☐ Linha Verde	AFAP (8001020)
☐ Pontos Focais	Comunidade de Água Casada (4)
	Linha de Transmissão (2)
	Área do Parque (2)
	Camara Distrital de Lobata (2)
☐ Caixas de reclamação	Camara Distrital de Lobata (1)
☐ E-mail	mrr_aels@afap.st
☐ Formulários	Na caixa de reclamação ou com os pontos focais
☐ Encontros Comunitários	Reuniões ao nível das comunidades
☐ Pessoalmente	Através dos pontos focais

Esses canais foram criados para recolher sugestões e reclamações relacionadas com o processo de reassentamento em curso na região de Água Casada, relacionado com a instalação do Parque Solar, Linha de Transmissão e beneficiação da estrada de acesso ao Parque Solar. Por exemplo: Bens afectados não cadastrados no processo de compensação, lacunas na atribuição de compensações acordadas, dúvidas e necessidade de esclarecimentos sobre o processo de reassentamento e início das obras de construção, perdas agrícolas e económicas; reinstalação, restabelecimento dos meios de subsistência, entre outras situações.

O MRR no projecto incluirá as seguintes etapas:

- i. **Etapla 1:** Reclamação recebida e registada pela unidade de implementação do subprojecto/Ponto Focal das reclamações/empreiteiro. Uma reclamação pode ser registada directamente no Comité de gestão de reclamações (CGR) por meio de qualquer um dos seguintes modos e, se necessário, de forma anónima ou por meio de terceiros.
 - Por telefone através do nº **(+239) 8001020** (ligação gratuita), SMS e WhatsApp - a equipe de salvaguarda da UIP ficará responsável por esta linha/secretária electrónica.
 - Por e-mail para endereço mrr_prse@afap.st ou mrr_geral_afap@afap.st - a equipe de salvaguarda da UIP é responsável por este e-mail.
 - Por carta à UIP do projecto ou agência de implementação do subprojecto. O endereço deve ser fornecido assim que a UIP for estabelecida.
 - Por carta a empresas/consultores contractados envolvidos na implementação de subprojectos.
 - Por formulário de reclamação/livro/caixa de sugestões - encontrado em instituições públicas que lidam os subprojectos.
 - Apresentar directamente a reclamação nos escritórios da AFAP.
 - Registar a reclamação em um *website* do MIRN.
 - Registar a reclamação no website da AFAP.Assim que uma reclamação for recebida, ela deve ser registada na base de dados electrónica de reclamações.
- ii. **Etapla 2:** Confirme o recebimento da reclamação, classifique, avalie sua complexidade, categorize em comunitária, laboral, VBG ou outra, e atribua a pessoa ou o fórum responsável por tratar aquele tipo/categoria de reclamação. Caso a reclamação não se enquadra no projecto ou não haja como resolvê-la, o reclamante deverá ser notificado e explicado o porque da não procedência da sua reclamação.
- iii. **Etapla 3:** Desenvolver e propor uma resolução e obter aprovação ao nível do subprojecto (comités de gestão de reclamações – CGR - devem ser estabelecidos nesses níveis).
- iv. **Etapla 4:** Comunique a proposta da solução ao reclamante e busque um acordo sobre a resposta.
- v. **Etapla 5:** Implementar a resposta para resolver a reclamação com base no acordo alcançado na etapa anterior.
- vi. **Etapla 6:** Rever a solução implementada, caso não tenha sido eficaz de acordo com as recomendações.⁶

⁶ As partes interessadas podem recorrer o serviço corporativo de reparação de reclamações do Banco (<http://www.worldbank.org/GRS>; e-mail: grievances@worldbank.org) para apresentar de preocupações e reclamações decorrentes do projecto.

- vii. **Etapa 7:** Encerrar a queixa se tudo estiver acordado ou encaminhe a reclamação para o próximo nível caso não haja acordo.

Uma vez que todas as possíveis reparações tenham sido propostas, se o reclamante ainda não estiver satisfeito, ele deverá ser informado do seu direito ao recurso legal. O diagrama a seguir resume o processo de MRR e os níveis de recorrência que o reclamante tem direito.

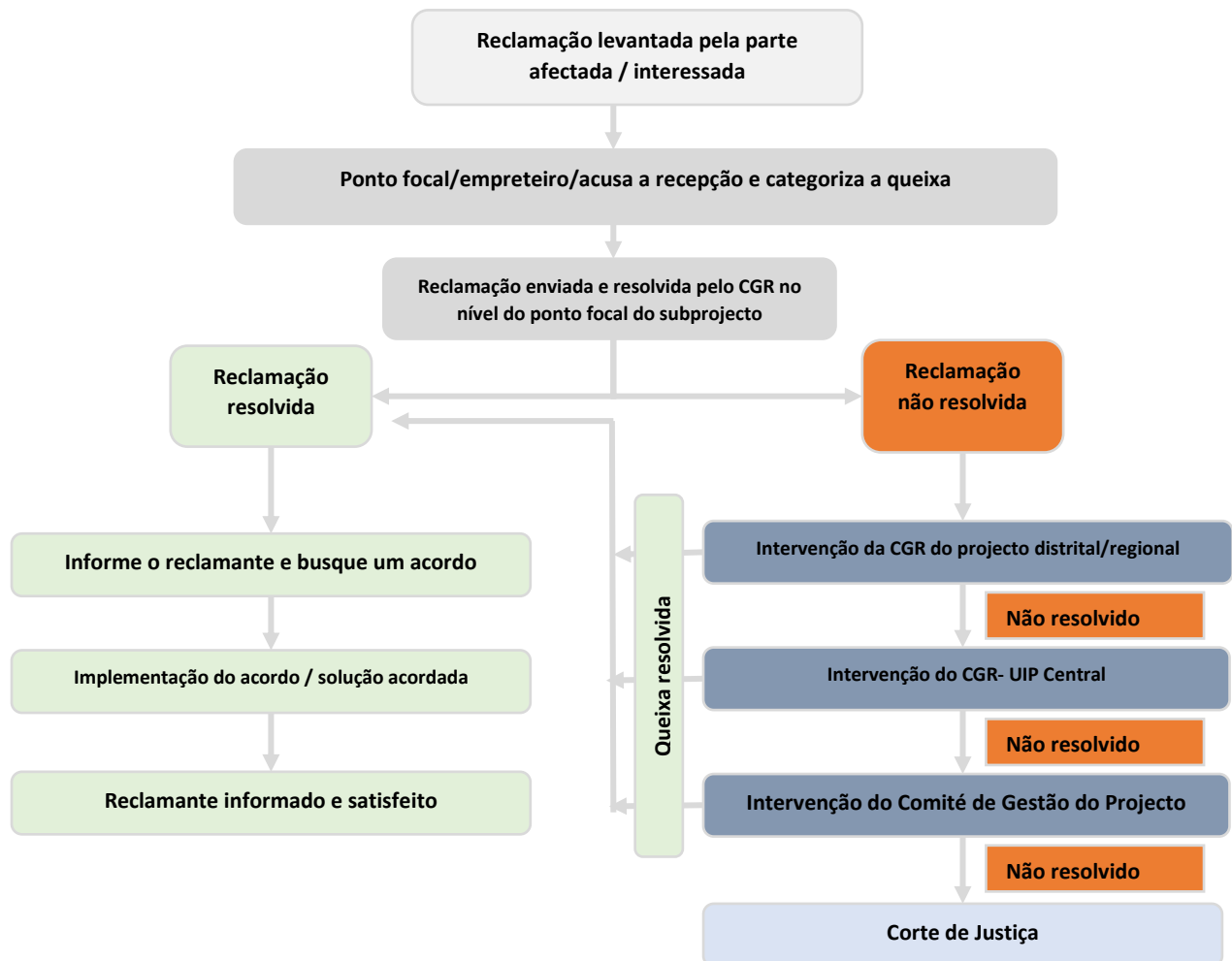


Figura 1: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações

Recursos e Prazos

A reclamação deve ser registada na base de dados de reclamações da UIP, como primeira acção imediatamente logo após a notificação (se o sistema online estiver em funcionamento), ou dentro de 2 dias (se por outro meio de captação) após a reclamação ter sido levantada. O subprojecto responsável pela reclamação deverá se esforçar para apresentar uma solução de 5 dias. Caso contrário, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- i. O primeiro nível de recurso - intervenção da CGR Distrital/regional não deve exceder 10 dias após a notificação;
- ii. A segunda instância de recurso - intervenção do CGR da UIP central não deve exceder 15 dias após a notificação;
- iii. O terceiro nível de recurso – Comité de Gestão do Projecto - não deve exceder 21 dias após a notificação;
- iv. Além disso, caso uma das continue insatisfeita, pode levar a reclamação ao tribunal, onde será tratada de acordo com a legislação de STP.

A UIP irá garantir que seja criado e mantido um “Registo de Reclamações” centralizado durante todo o ciclo de vida do projecto. Os registos da reclamação devem conter: i) os detalhes de contacto do reclamante e informações sobre a reclamação em si, ii) os resultados das investigações e respostas fornecidas, iii) acções de acompanhamento necessárias e comunicações internas feitas em resposta às reclamações e o resultado.

6.1.3. Gestão de reclamações a nível judiciário

No processo de gestão de reclamações, os queixosos e/ou reclamantes, podem aceder o nível judicial para apresentação e resolução das suas inquietações. A qualquer momento, o queixoso e/ou reclamante pode **levar as questões as autoridades legais ou judiciais competentes, de acordo com o quadro legal de STP.**

6.1.4. Reclamações relacionadas com Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual (EAS/AS)

Procedimentos específicos para lidar com queixas relacionadas a situações de VBG, EAS/AS serão estabelecidas no QGAS em preparação com disposições de confidencialidade, bem como documentação segura e ética, tais como:

- Estabelecimento de um mecanismo separado, potencialmente administrado por um Provedor de Serviços especializado com *feedback* para o MRR do projecto. Alguns trabalhadores, principalmente os que lidam com matérias de salvaguarda social e recursos humanos do projecto devem ser treinados sobre como documentar casos de Violência Baseada no Género (VBG), Exploração e Abuso Sexual e/ou Assédio Sexual (EAS/AS) de maneira confidencial;
- O projecto deverá disponibilizar múltiplos canais de reclamação;
- Nenhuma informação identificável sobre as vítimas deve ser armazenada no livro de registo ou base de dados do MRR;
- O MRR deve ajudar as vítimas de VBG/EAS/AS, referindo-os ao(s) Provedor(es) de Serviços especializados para apoio imediato após receber uma reclamação;
- A UIP deverá imediatamente notificar o Banco Mundial de quaisquer reclamações de VBG/EAS/AS com o consentimento do sobrevivente.

6.2. Reclamações relacionadas às relações Laborais

Há procedimentos específicos para lidar com reclamações trabalhistas em conformidade com a NAS 2 e a legislação nacional a ser detalhada no Procedimento de Gestão Laboral que é parte do QGAS deste Projecto. Este MRR laborais terá mecanismos bem claros sobre a necessidade de notificar imediatamente o Banco Mundial em caso de reclamações ou queixas.

7. MONITORIA E AVALIAÇÃO

O especialista em salvaguardas sociais da UIP central será responsável por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e será realizado trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoramento do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo e deve estar alinhado com os objectivos PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é de garantir que todas as actividades previstas para o envolvimento das PI no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto.

O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na tabela 7, que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

Tabela 8 – Indicadores de monitoria

Actividade	Indicador preferencial	Grau de realização em relação ao planificado		
		Aceitável	Bom	Muito bom
Encontros de divulgação e mobilização realizados	Número de encontros realizados/Planificados	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de envolvimento	Número de encontros realizados/Planificados	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90%>
Encontros de EIAS/PGAS dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de Elaboração de PARs dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Envolvimento dos grupos vulneráveis nos encontros de envolvimento	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Participação de grupos/indivíduos vulneráveis	15%	25%	40%
Mecanismo de Gestão de Reclamações	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 2	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 3	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações tramitadas para tribunal	10-20% do planificado	<10%	0%
	% de reclamações resolvidas em menos de 30 dias	<50%	50 -80 %	>80%

7.1. Retorno da comunicação às Partes Interessadas

O PEPI será periodicamente revisto e actualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e envolvimento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI. A seguir estão os requisitos de retorno às Partes linteressadas (PI) para este PEPI:

- i. Relatórios Trimestrais - a UIP central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de envolvimento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e isso incluirá:
 - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente;
 - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos;
 - Registo e resolução de reclamações - referentes ao período e as soluções adoptadas para resolvê-las;
 - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI;
 - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto.
- ii. Relatórios Anuais de Envolvimento das Partes Interessadas - as UIP compilarão um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantas nos processos de envolvimento com as PIs, ponto de situação de resolução de queixas e reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial;
- iii. Reportar às Comunidades - Será responsabilidade das UIP reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
 - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto;
 - Principais conclusões do monitoramento anual do PEPI;
 - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los nos websites da AFAP e da MIRN e enviar cópias dos relatórios às partes interessadas;
 - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público;
 - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, a media social pelo seu amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de envolvimento das PI levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

O MRR constituirá um mecanismo que irá permitir as PI, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactos do projecto e dos programas de mitigação definidos.

8. ANEXO

8.1. Anexo 1 – Relatórios de Consulta Pública

Partes interessadas	Data da Consulta	Resumo das reacções	Respostas da equipe do Projecto	Acções de acompanhamento	Calendário de acompanhamento
Direcção de Agricultura, Fórum das ONGs – FONG, empresas privadas concessionárias de produção de energias renováveis, Direcção geral do Ambiente, CISA Energia, Associação dos deficientes, Autoridade de Regulação de Energia, Associação dos Surdos, Ministério de Agricultura, EMAE, AGER, Direcção de planeamento, entre outros.	30.11.2022	A necessidade da atribuição da terra para o projecto seguir o preconizado no Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). A necessidade de pessoas com deficiência terem acesso a oportunidades de trabalho no projecto ou actividades associadas ao projecto. Recomendação de que a melhor forma para engajar grupos vulneráveis seria através de contacto directo com estes ou através dos responsáveis das associações.	A AFAP vai concertar com a Direcção de Agricultura O projecto é inclusivo e medidas serão tomadas para assegurar a participação de pessoas com deficiência Tomou-se nota da recomendação	A AFAP vai concertar com a Direcção de Agricultura Verificar a inclusão de pessoa com deficiência no Projecto	Antes da aprovação do projecto Durante a implementação
Equipa da Direcção Nacional das Pescas	23.05.2023	A equipa da Direcção das Pescas, manifestou bastante agrado com o financiamento para o projeto e sobre as atividades para o apoio as comunidades piscatórias partilharam informações sobre	Informações com mais detalhes encontram nos emails da funcionária da Direcção das Pescas com informações referentes.	Mais ações e desenvolvimento de uma parceria (memorando de entendimento) poderá ser desenvolvido entre a AFAP/UTI e a Direcção das Pescas.	Data ainda por combinar

		o universo de pescadores existentes no País, o número de pescadores existentes para cada comunidade e sobre as atribuições da Direção das Pescas na gestão de recursos haliêuticos.			
Membros da comunidade de Água Casada	02.12.2022	Acesso à terra e a dependência dos moradores de Água Casada à terra para a sua subsistência. Partilhar o calendário de implementação do projecto de infra-estruturação da futura área da central fotovoltaica com as partes interessadas para o melhor envolvimento. A necessidade de envolvimento contínuo com as comunidades usuárias das áreas agrícolas e as entidades responsáveis por assuntos fundiários para minimizar tensões e satisfazer as expectativas das partes afectadas	O QPR vai endereçar esta questão de aquisição de terra A AFAP vai partilhar assim que for aprovado O QPR para mitigar o impacto de aquisição de terras	Preparação do QPR Partilha do cronograma do projecto QPR elaborado	QPR preparado antes da aprovação do projecto Depois da aprovação do projecto Antes da aprovação do Projecto

Líderes e representantes das 3 comunidades consultadas (Praia do Abade, Praia da Burra e Sto António) e Chefe de Departamento de Pesca da Secretaria Regional para a Biosfera, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural (SRBAADR).	29.06.2023 a 10.07.2023	- Os pescadores e o governo da RAP estão de acordo com a actividade prevista, porque o combustível uma vez que o preço final da venda dos peixes tem estado a subir constantemente, devido ao fato de que o acesso ao combustível para o uso nas embarcações dos pescadores e extremamente difícil e caro - No entanto, existe receio quanto a autonomia das baterias da tecnologia proposta, uma vez que é muito comum na região autónoma, a prática de pesca durante vários dias no mar sem regressar a terra.	N/A	A UIP continuar a interagir com os associados para determinar a tecnologia mais apropriada para as suas necessidades	Ao longo de todo o ciclo do projecto (antes da aprovação e durante a implementação)
3 Reuniões isoladas/individuais com as seguintes entidades de RAP: Secretário Regional do Ambiente, Secretário da Infraestrutura, delegado Regional da EMAE, o Presidente do Governo Regional de Príncipe.	29.01.2024	Apesar de acolherem favoravelmente a implementação das actividades do na RAP, todos manifestaram a preocupação pelo projecto não estar focado na geração de energia na RAP, que segundo eles já tinham informado à missão do BM no ano passado da necessidade de	A equipa da AFAP informou que o projecto actual não contempla esta actividade para a RAP, contudo vai levar a informação para o Governo Central e ao Banco Mundial	A AFAP - Fazer chegar ao Governo da RAP sobre a decisão final sobre a preocupação levantada	Antes da efectividade do Projecto

		instalação da central fotovoltaica de 2 -4 MW.			
Representantes da Assembleia Regional da RAP, de várias Secretárias Regionais da RAP, como a das Infraestruturas, de Ambiente e Conservação da Natureza, de Assuntos Sociais, Delegação Regional das Pescas, de Comando Regional da Polícia, do Comando Regional da Capitania dos Portos, do Comando Regional Militar, das Comunidades de Praia Burra, de Praia Abade, de Praia de Santo António, de Praia Lapa, Delegação Regional da EMAE, Delegação Regional das Pescas, Representação na RAP do Projeto STP Digital da AFAP. Via ZOOM, representantes da Delegação Regional de RAP do Ambiente e Conservação da Natureza (DRACN), do Projecto de Recuperação do Sector Eléctrico (PRSE), da EMAE, do Gabinete de Ministro das Infraestrutura e Recursos Naturais, Prospectiva S.A. (com a função de Owner Engineer da EMAE) e AFAP.	30.01.2024 Consulta pública	- A necessidade de priorizar a instalação de uma central fotovoltaico na RAP de 2 a 4 MW, para minimizar a crise energética e evitar a dependência de combustível que tem sido um grave problema nacional - A possibilidade do projecto co-financiar a colocação de sistemas de painéis solares para pessoas individuais como incentivo para cada família. - Sugestão para o projeto incorporar malas isotérmicas adaptadas para a navegação; tendo em conta que muitos pescadores não possuem nenhum tipo de equipamento de conservação de pescado, que demoram muito tempo no alto mar e que o pescado quando chega a praia, já vem em mau estado de conservação	Foi esclarecido que o projecto não contempla esta componente, porém será levada para uma análise Foi esclarecido projecto não tem na sua componente co-financiamento para as famílias particulares, mas sim famílias vulneráveis das comunidades identificadas É uma sugestão que seria analisada pelo projecto Os estudos serão direccionados a todas as comunidades beneficiárias onde se vai fazer um levantamento antes de fornecimento de equipamento de pescas. Informaram também que já se efetuou um pequeno levantamento há meses, em que a	AFAP vai concertar com o BM Ficou esclarecido AFAP vai concertar com o BM e retornar Os estudos inquéritos serão realizados logo após o projecto entrar em efectividade. AFAP irá informar os visados assim que for agendado	Depois da Aprovação do Projecto N/A Depois da aprovação do Projecto

		- Sugeriu-se a realização de inquéritos nas comunidades piscatórias para conhecer a necessidade em termos de fornecimento de equipamentos de pescas; -A questão da capacidade das baterias aguentarem durante o tempo que o pescador fica no mar de modo a dar certa segurança aos mesmos, voltou a ser levantada. - A necessidade de mostrar no orçamento das componentes o valor que cabe as actividades do projecto para a Região Autónoma do Príncipe	Direção de Pescas forneceu um documento com a quantidade de pescadores existentes em cada uma das comunidades. Foi esclarecido que antes da compra das baterias será feito estudo de engenharia e viabilidade desses motores. As actividades delineadas para a Região Autónoma do Príncipe aparecem na componente 3, concretamente na subcomponente 3.2 do projecto avaliado em US\$ 4 milhões. Também disse que as componentes 1 e 2 poderão sugerir alguma forma de financiamento para as ações na RAP, sendo que as articulações com os responsáveis do projeto para encontrar formas de financiamento é um processo dinâmico e que obedece as regras de gestão de projetos segundo os procedimentos do BM.	Envolver os pescadores nos estudo sobre a capacidade das baterias O valor será detalhado depois da aprovação e levantamento das necessidades reais e partilhado com as autoridades da RAP	Depois da aprovação do projecto Depois da aprovação do Projecto
Reunião com Pontos focais do Mecanismo de Resolução de Reclamação (MRR) das comunidades de	08.08.2024 Divulgação de informação aos pontos	- Necessidade de conhecer os avanços da obra	Foi dado o ponto de situação das obras e divulgado a estratégia de	Ficou esclarecido	Antes do inicio das obras do Lote 2

Generosa, Ponta-Figo, Manuel Morais e Arribana	focais de MRR		MRR para acompanhamento		
Associação dos moradores de Água – Casada e comunidade de Água-Casada	22.11.2024 Consulta de definição de Compensação Social para a comunidade de Água-Casada	- Testar o pacote de compensação social destinado aos moradores da comunidade de Água-Casada	Foram acordadas as seguintes intervenções: Construção do Centro Comunitário; Melhoria do largo do jardim de Infância; Reabilitação da lavandaria comunitária.	Ficou esclarecido	Antes e durante a implementação do projecto
Encontro com entidades da Região Autónoma do Príncipe e visita de terreno as comunidades pesqueiras de Abade, Burra, Seca e Santo Antonio-Centro	23 - 26 /01/ 2025 Consultas junto as partes interessadas na	Conhecer as opções de investimentos na eletrificação do sector das pescas	Foram identificadas um conjunto de alternativas que após a sua aprovação, serão incorporadas na componente 3 do projecto.	Chegou-se a conclusão da necessidade de Indicação dos pontos focais da entidade regional para acompanhar toda a fase de preparação e implementação do projecto; e apresentação das diferentes propostas de alternativas para cada comunidade Pesqueira através de consultas públicas a serem realizadas na RAP	Antes da implementação das actividades
Partes interessadas para divulgação de PGAS E ESIA	21/02/2025 Consulta pública	Apresentação e divulgação do ESIA e PGAS do projecto as partes interessadas	Foram feitas algumas recomendações como por exemplo, o cumprimento das medidas de mitigação que estão no estudo na fase da obra .	Os estudos foram aprovados de forma unânime por todos os participantes	

Partes interessadas e afetadas pelo Projecto	07/03/2025 Consulta pública para apresentação o e divulgação do Plano de Reassentamento	Apresentação e divulgação do Plano de Reassentamento as partes interessadas e afetadas pelo projecto.	Foram dados a conhecer as diferentes afetações e os tipos de compensações e ressaltado a existência do mecanismo de resolução de reclamação em caso de duvidas, pedido de esclarecimento e reclamação.	Os resultados esperados foram alcançados, na medida que o Plano de Acção de Reassentamento foi apresentado, divulgado e aprovado por todos os participantes.	
--	--	---	--	--	--

8.2. Anexo 2 – Relatórios de Envolvimento com Partes Interessadas pelo Projecto, Consulta Pública e Divulgação no âmbito da Reabilitação da Central Contador

De acordo com as directrizes do Banco Mundial, o envolvimento eficaz com as Partes Interessadas por um projecto (*stakeholders*) é fundamental para o seu sucesso e implementação, podendo melhorar a sustentabilidade ambiental e social do projecto e aumentar a sua aceitação. O envolvimento com as PIA deverá ser um processo inclusivo, que se inicia, desejavelmente, no estágio inicial do projecto, e se prolonga por todo o seu ciclo de vida. A informação recolhida através desse envolvimento deve ser parte integrante das decisões de projecto e da avaliação, gestão e monitorização os seus riscos e impactos ambientais e sociais.

Também a legislação ambiental são-tomense consagra em diversos diplomas, incluindo a Lei de Base do Ambiente e o Regulamento sobre o Processo de AIA, a importância de envolver as populações nos processos de tomada de decisão sobre a viabilidade e o licenciamento de projectos e actividades com potenciais impactos ambientais e sociais.

Observando os requisitos do Banco Mundial e da legislação de STP, no âmbito da elaboração do EIAS da Reabilitação do AHC o envolvimento com as PI ocorreu desde a fase inicial dos estudos, tendo-se iniciado na missão de arranque do ESIA, ocorrida em Dezembro de 2017, e decorrido desde então em estreita ligação com os levantamentos de informação e análises que têm vindo a ser desenvolvidas pela equipa do EIAS.

Os contactos realizados com as PI, tanto a nível governamental como do sector privado e da sociedade civil, e em particular com as comunidades potencialmente afectadas pelo projecto, permitiram a recolha de informação fundamental para o conhecimento das condições ambientais e sociais da área do projecto e para a identificação e avaliação dos potenciais impactos ambientais e sociais gerados. Saliente-se que através destes contactos foi possível identificar algumas questões críticas para o sucesso do projecto e para a mitigação dos seus impactos, que de outra forma não teriam sido adequadamente consideradas no desenvolvimento das soluções de engenharia e na avaliação dos riscos e impactos potencialmente gerados por essas soluções.

As acções de envolvimento com as PI foram precedidas por um exercício de identificação das entidades públicas, privadas e civis a consultar. Uma versão preliminar do mapeamento das PI foi preparada previamente à missão de arranque dos trabalhos (ocorrida em Dez. 2017), e tem vindo a ser complementada no decurso dos estudos.

Abaixo apresenta-se a **listagem das entidades públicas, privadas e civis consideradas como PIA e consultadas pela equipa do EIAS** ao longo do desenvolvimento do EIAS. Salienta-se que a maioria destas entidades foram consultadas diversas vezes ao longo da elaboração dos estudos, em particular algumas entidades governamentais, com quem foram realizadas reuniões nas diversas missões de campo realizadas pela equipa do ESIA (sete no total), e as comunidades locais potencialmente afectadas pelo projecto, as quais foram visitadas e entrevistadas pela equipa do EIAS diversas vezes ao longo das missões de campo realizadas.

Foram consultadas as seguintes PIs:

- Governo
 - Empresa de Água e Electricidade (EMAE) – Direcção de Águas e Direcção de Electricidade;
 - Direcção Geral de Ambiente (DGA);
 - Direcção Jurídica, Administração, Cooperação, Avaliação e os Estudos de Impacto Ambiental (DJACAEIA);
 - Direcção de Conservação, Saneamento e Qualidade do Ambiente (DCSQA);
 - Direcção Geral de Recursos Naturais e Energia (DGRNE);
 - Direcção de Geologia e Minas;
 - Direcção de Recursos Hídricos;
 - Direcção das Florestas (DF);
 - Parque Nacional Obô São Tomé (PNOST);
 - Direcção Geral de Turismo e Hotelaria;
 - Direcção de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura (DADA);
 - Direcção de Reordenamento Agrário e Hidráulica Agrícola (DRAHA);
 - Gabinete da Reforma Agrária;
 - Direcção Geral da Cultura (DGC);
 - Direcção dos Cuidados de Saúde;
 - Centro de Saúde de Neves;
 - Centro Nacional de Endemias;
 - Câmara Distrital de Lembá.
- Sector Privado
 - Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico (CECAB);
 - SATOCAO;
 - IMOBRISA;
 - ADM;
 - CONSTRUPEC.
- Sociedade Civil
 - ALISEI;
 - Associação de Cabo-Verdianos Acção Social (ACAS);
 - Associação dos Pequenos Produtores de Cacau da Generosa (APPCG);
 - Federação de Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe (FONG-STP);
 - TESE;

- Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição;
- Comunidade de Ponta Figo;
- Comunidade de Generosa;
- Comunidade de Manuel Morais;
- Comunidade de Ribana;
- Roça do Rio Leça;
- Roça Monte Forte.
- Organizações Internacionais
 - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Representação em STP;
 - BirdLife International.

Além das reuniões e entrevistas realizadas com as entidades acima listadas, no âmbito da elaboração do EIAS foram ainda realizados três **eventos de Consulta Pública e Divulgação**, promovidos pela AFAP, nos quais estiveram presentes representantes das diversas PI do Projecto. A realização destes eventos teve como objectivo recolher as percepções, expectativas e receios das PI em relação ao Projecto. Estes eventos foram:

- Workshop sobre as Opções de Ampliação do Contador;
- Apresentação pública e discussão do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental e Social das Alternativas de Projecto;
- Apresentação pública e discussão do Relatório Draft do EIAS.

No **Workshop sobre as Opções de Ampliação do Contador**, realizado a 19 de Abril de 2018 no auditório do Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe (CCBSTP), a equipa de engenharia da Stucky apresentou as opções que estavam a ser consideradas no desenvolvimento das alternativas de reabilitação / ampliação do Contador. Na sequência a JGP apresentou os trabalhos do ESIA realizados até aquela data, a metodologia adoptada e os resultados preliminares obtidos (focados na caracterização ambiental e social da área do projecto).

Estas apresentações foram seguidas por um período de discussão durante o qual os participantes do workshop tiveram oportunidade de expor as suas dúvidas, expectativas e opiniões em relação ao projecto. Grande parte das intervenções realizadas pelos participantes centraram-se nas opções técnicas que estavam a ser consideradas para o projecto e nos seus respectivos custos. No que concerne as questões ambientais foram referidas preocupações com a preservação da biodiversidade na área de intervenção, em particular na área integrada no PNOT, e algumas expectativas das comunidades locais em relação ao projecto (centradas as oportunidades de emprego directo e indirecto que as obras de construção irão criar).

A sessão de **apresentação pública e discussão do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental e Social das Alternativas de Projecto**, decorreu no dia 14 de Fevereiro de 2019, também no CCBSTP, e contou com uma participação massiva por parte das PI e grande divulgação nos media, incluindo televisão e rádio nacionais.

Este evento iniciou-se com uma breve apresentação pela AFAP do Projecto de Recuperação do Sector de Energia, enquadrando a reabilitação/ampliação do Contador, a qual foi seguida pela apresentação do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto do Projecto, realizada pela JGP. Esta apresentação foi dividida em dois módulos distintos: o primeiro focado na apresentação das intervenções a realizar no Contador e dos cenários alternativos considerados, e o segundo focado na análise ambiental e social dessas intervenções e cenários alternativos.

Após a apresentação de cada módulo, a audiência foi convidada a manifestar as suas dúvidas, expectativas e opiniões em relação aos cenários alternativos equacionados para o projecto e respectivos impactos ambientais e sociais. Foram colocadas diversas questões de natureza técnica sobre as intervenções previstas, em particular no que concerne a reabilitação do canal de transporte principal, a expansão da câmara de carga e a alteração dos grupos electroprodutores da central eléctrica. No que concerne aos impactos ambientais e sociais potencialmente gerados pelo projecto, as intervenções realizadas centraram-se nos seguintes pontos:

- Conflitos do projecto com outros usos de água existentes na bacia do Contador – Considerando que a reabilitação / ampliação do Contador implicará o aumento do caudal captado dos actuais 300 l/s para 900 l/s, diversas pessoas expressaram a sua preocupação em relação à suficiência do caudal remanescente para satisfazer as necessidades de água associadas a outros usos que dependem do rio Contador enquanto fonte de água, designadamente, o abastecimento para consumo humano. Dois dos intervenientes enfatizaram que esta situação era particularmente grave pela ausência de um plano de gestão integrada dos recursos hídricos do Contador e de um levantamento dos consumos de água associados aos diversos usos da água do Contador.
- Riscos para a conservação da biodiversidade na área do PNOT decorrentes das actividades de construção e de novos acessos potencialmente criados pelo projecto – Além das actividades de construção que implicarão a remoção de vegetação em algumas áreas e a afectação negativa das espécies de fauna existentes, foi referido que o projecto poderá criar novos pontos de acesso ao interior do Parque, potenciando a expansão descontrolada de algumas actividades de aproveitamento dos recursos lenhosos e não lenhosos que já ocorrem na actualidade, tais como o corte ilegal de árvores ou a recolha de plantas medicinais, colocando em risco o equilíbrio do ecossistema.
- Medidas previstas para mitigar e compensar os impactos gerados pelo projecto na biodiversidade – Um dos intervenientes solicitou esclarecimento sobre o tipo de medidas de mitigação e compensação que seriam adoptadas em relação aos impactos na biodiversidade.
- Oportunidades geradas pelas obras do Contador tanto ao nível da criação de empregos para as comunidades locais, como de desenvolvimento económico para o distrito de Lembá.



Figura 2: Fotos (1 e 2) da sessão de apresentação pública e discussão do Relatório de Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental e Social das Alternativas de Projecto

Como parte integrante da Consulta Pública requerida no âmbito do procedimento de AIA, foram realizadas **duas sessões de apresentação e discussão do Relatório Draft do EIAS** que tiveram amplas audiências e cobertura dos media nacionais (televisão e rádio):

- Sessão pública realizada no dia 12 de Dezembro de 2019 no espaço Cacau em São Tomé dirigida para as entidades governamentais centrais, sector privado em geral e ONGs nacionais (ver **Fotos 5 a 9**).
- Sessão pública realizada no dia 14 de Dezembro de 2019 no centro comunitário de Ponta Figo, dirigida às PIA presentes na área de intervenção do projecto e sua envolvente, nomeadamente, comunidades locais (incluindo Ponta Figo, Generosa, Manuel Morais, Ribana, Roça do Rio Leça, Roça Monte Forte, Planças I, Planças II, Planças Praia, Praia das Conchas), Câmara Distrital de Lembá, Câmara Distrital de Lobata, Município de Neves, empresas privadas locais e ONG locais (ver Fotos **12 a 16**).



Figura 3: Fotos (3) da sessão de apresentação pública e discussão do Relatório Draft do EIAS realizada no espaço Cacau em São Tomé no dia 12.12.2019



Figura 4: Foto (4) da sessão de apresentação pública e discussão do Relatório Draft do EIAS realizada no centro comunitário de Ponta Figo no dia 14.12.2019

Estas duas sessões iniciaram-se com uma descrição sucinta do enquadramento da reabilitação / ampliação do Contador no Projecto de Recuperação do Sector de Energia, seguida de uma explicação geral sobre o status do projecto do Contador, a qual incluiu uma descrição dos estudos e trabalhos que têm vindo a ser realizados, com destaque para os trabalhos de limpeza e manutenção realizados no segundo semestre de 2018. A AFAP apresentou ainda o Mecanismo de Resolução de Reclamações desenvolvido para o projecto.

No seguimento a JGP procedeu à apresentação do Relatório EIAS. Na sessão do dia 12, em São Tomé, esta apresentação foi dividida em dois módulos distintos: o primeiro focado na apresentação da solução preconizada para a reabilitação e ampliação do Contador, e o segundo focado no EIAS e seus resultados. Cada módulo de apresentação foi seguido por um período de perguntas e respostas, no qual a audiência teve oportunidade de expor as suas dúvidas, expectativas e opiniões relativamente ao projecto, seus potenciais impactos e medidas de mitigação a adoptar. Na sessão de dia 14, em Ponta Figo, a apresentação realizada pela JGP foi mais sintética, num só módulo, tendo-se focado nos aspectos e impactos do projecto mais relevantes para as comunidades locais, as quais participaram activamente no período de perguntas e respostas. Nas duas sessões todas as questões e comentários apresentados pela audiência foram respondidos pela equipa da JGP, apoiada por elementos da EMAE/AFAP que integram a equipa do projecto.

Na sessão decorrida em São Tomé foram colocadas algumas questões técnicas sobre a solução de projecto preconizada, em particular no que concerne os trabalhos de reconstrução do canal de transporte principal e seu enterramento, a gestão dos caudais do Contador ao longo do ano (época de chuva vs gravana), a ampliação da câmara de carga, a construção de novos acessos para a realização da obra, e a manutenção prevista para o AH durante a sua operação. Na sessão de Ponta Figo não foram apresentadas questões sobre aspectos técnicos do projecto.

No que concerne aos impactos ambientais e sociais potencialmente gerados pelo projecto e respectivas medidas de mitigação, as intervenções realizadas nas duas sessões centraram-se nos seguintes pontos:

- Sessão de São Tomé:
 - Dimensão espacial das intervenções a realização (pegada efectiva do projecto).
 - Autorização para o corte de vegetação ocorrido no âmbito dos trabalhos de limpeza e manutenção realizados no segundo semestre de 2018, em particular nas áreas situadas no PNOT e respectiva área tampão.
 - Riscos para a segurança dos trabalhadores da obra e das comunidades locais decorrentes dos trabalhos de construção a realizar e da instabilidade do terreno onde irão decorrer. Necessidade de elaborar planos de resposta a emergências que surjam.
 - Deslocamento físico de pessoas para a execução do projecto (foi questionado se tal seria necessário).
 - Contratação de mulheres para a realização da obra.
 - Salários previstos para os trabalhadores recrutados localmente.
 - Fontes dos dados apresentados no EIAS no que concerne os usos e consumos de água existentes e previstos e alguns indicadores de saúde.
 - Medidas de mitigação previstas para a paragem do AHC e respectiva produção de energia eléctrica durante a realização dos trabalhos de reabilitação/ampliação.
 - Soluções alternativas ao uso de explosivos na realização de escavações.
- Ponta Figo:
 - Importância do emprego directo e indirecto gerado pelo projecto para as comunidades locais, em particular para a população jovem que regista níveis de desemprego elevados.

- Modo como será realizada a divulgação das oportunidades de emprego para as comunidades locais e forma de acesso ao recrutamento.
- Acesso das comunidades locais além de Ponta Figo e Generosa a oportunidades de emprego.
- Salários previstos para os trabalhadores recrutados localmente.
- Inclusão de mulheres na mão-de-obra contratada para a obra.

8.3. Anexo 3 – Reuniões realizadas ao nível das comunidades de Generosa, Ponta-Figo para recolha de sensibilidade com relação à Reabilitação da Central Hidroeléctrica do Contador.



Figura 5: Foto (5) das reuniões realizadas ao nível das comunidades de Generosa, Ponta-Figo para recolha de sensibilidade com relação ao projecto.

8.4. Anexo 4 – Sessão de divulgação de informação sobre o ponto de situação das Obras de Reabilitação da Central Hidroelétrica do Contador e estratégia de implementação do mecanismo de resolução de reclamação.



Figura 6: Foto (6 e 7) da reunião com os pontos focais de MRR para a divulgação do ponto de situação actual das obras de Reabilitação da Central Hidroeléctrica do Contador

8.5. Anexo 5 – Consulta de testagem da compensação social junto a comunidade de Água-Casada



Figura 7: Foto (8 e 9) da Testagem de Benefícios Sociais junto a comunidade de Água Casada.

8.6. **Anexo 6** – Reunião de auscultação as entidades regionais e visitas de terreno a comunidades pesqueiras



Figura 8: (Foto 10) Reunião com as entidades regionais



Figura 9: (Foto 11) Reunião com a comunidade de praia Burra

8.7. Anexo 7 – Consulta Pública de Divulgação do PGAS e ESIA



Figura 10: Foto (12) Consulta pública de divulgação do ESIA E PGAS

8.8. Anexo 8 – Consulta Pública de Divulgação do Plano de Reassentamento (PAR)



Figura 11: (Foto 13) Consulta Pública de divulgação do PAR – Foto de Família